

Relatório Anual da Administração

1. Apresentação

Apresentamos o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Financeiras da Celesc Distribuição S.A., relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o novo padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, introduzido no Brasil pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, substanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir de exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e pelas normas específicas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

2. Perfil Empresarial

A Celesc Distribuição S.A. é uma sociedade por ações, constituída sob a forma de subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc. Seus serviços são regulamentados pela ANEEL, conforme Contrato de Concessão nº 56, de 22 de julho 1999, que fixa anualmente as tarifas praticadas, bem como os recursos para aplicação em investimentos e gastos operacionais.

Sua área de concessão corresponde a 92% do território estadual, com presença direta em 262 dos 293 municípios catarinenses e no município de Rio Negro, no Estado do Paraná. A Celesc Distribuição S.A. ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica a quatro concessionárias e 11 (onze) permissionárias, que atuam no atendimento dos demais 31 (trinta e um) municípios de Santa Catarina.

Com presença consolidada entre as melhores do setor elétrico do País, a Celesc Distribuição S.A. conquistou reconhecimento em nível nacional e internacional. Por vários anos, seus clientes foram considerados os mais satisfeitos do país em relação à qualidade dos serviços prestados, segundo pesquisas anuais da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee.

A Empresa é a 2ª maior arrecadadora de Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS do Estado de Santa Catarina, a 6ª maior empresa de distribuição de energia elétrica brasileira em volume de receita de fornecimento, a 7ª em volume de energia distribuída, e a 9ª em número de consumidores.

Em sua área de concessão, atende a mais de 2,4 milhões de unidades consumidoras, com consumo médio geral de 555,07 kWh/mês. O consumo residencial médio chega a 198 kWh/mês, o maior índice da região Sul e o 5º maior do País, de acordo com os dados da Abradee.

Em 2011 a Celesc Distribuição S.A. distribuiu 19.977 GWh (19.300 GWh em 2010), sendo 15.791 GWh para o mercado cativo, 4.174 GWh para o mercado livre, 12 GWh para o consumo próprio, o equivalente a 5,7 GWh/empregado (5,3 GWh/empregado em 2010). O volume de energia consumido na sua área de atuação corresponde a 26,8% do consumo da região Sul e a 5,2% do total de energia elétrica consumida no país. O número de unidades consumidoras atendidas equivale a 686 unidades por empregado (648 em 2010). Em dezembro de 2011, seu sistema elétrico somava extensão de 122.308 km de redes de distribuição, com potência instalada dos transformadores de subestações totalizam 6.168 MVA e dos transformadores de distribuição 4.878 MVA. Seu faturamento bruto anual está na casa dos R\$6,4 bilhões.

Na mesma data, seu Capital Social Subscrito somava R\$1,053 bilhão, composto por 630 milhões de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina – Celesc.

3. Ambiente Econômico

Em 2011 a exemplo do que aconteceu em 2009, quando a crise financeira norte-americana contaminou os mercados mundiais um novo cenário de instabilidade, agora com ênfase na zona do euro, abalou a economia brasileira.

Apesar da moeda valorizada e demanda interna ainda aquecida pelas facilidades de acesso ao crédito e queda nos níveis de desemprego e evolução positiva do rendimento das famílias, o Produto Interno Bruto – PIB cresceu apenas 2,7% em relação a 2010. Tal desempenho foi influenciado, principalmente, pelo resultado da indústria nacional, que registrou o tímido crescimento de 1,6% (ante 10,6% em 2010), fortemente impactado pela queda das exportações. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2011, o consumo das famílias subiu 4,1% em relação a 2010. O índice foi um dos principais fatores a sustentar positivamente a taxa de crescimento econômico no ano passado.

Na área de atuação da Celesc Distribuição S.A. as vendas da indústria fecharam 2011 com um aumento de 1,4% contra 3,4% em 2010/2009. Dados da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – FIESC mostram quedas expressivas em seguimentos importantes como o têxtil (-17%) e o moveleiro (-10,6%), fortemente impactados pelo sobressalto do câmbio e o avanço da concorrência dos países asiáticos. A redução do consumo, somada à migração de indústrias para o Ambiente de Contratação Livre – ACL resultou na involução de (-13%) na participação da classe no mercado cativo.

Em 2010, o crescimento do consumo de energia elétrica havia sido de 7,8% em relação a 2009. O aumento foi puxado pela indústria. Naquele ano, os setores comerciais e residenciais cresceram 5,9% e 6,3%, respectivamente. A expectativa para 2012 é de aumento no consumo de energia elétrica em relação a 2011. Devem contribuir para isso fatores como a retomada da economia e do crescimento industrial, o aumento da renda da população e o desemprego reduzido. A equipe econômica do Governo projeta crescimento de 4% a 4,5%. A redução de juros e as medidas tomadas no ano passado dentro do Plano Brasil Maior devem contribuir para esse resultado.

4. Ambiente Regulatório

A ANEEL, em 05 de agosto de 2011, publicou no Diário Oficial da União – DOU, a Resolução Homologatória nº 1.183, de 02 de agosto de 2011, estabelecendo as tarifas a serem praticadas pela Celesc Distribuição S.A. no período de 07 de agosto de 2011 a 06 de agosto de 2012. Tais tarifas foram reajustadas, em média, 7,97%, sendo 1,58% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e 6,39% referentes aos componentes financeiros pertinentes, correspondendo a um efeito médio de 1,19% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Em 2012, a Empresa deverá passar pelo 3º ciclo de Revisão Tarifária, onde serão definidas as receitas necessárias para o período de quatro anos. Em novembro de 2011 foi concluída a Audiência Pública ANEEL nº 040, de 16 de dezembro de 2010, estabelecendo a nova metodologia e critérios a serem adotados. A Diretoria de Regulação e Gestão de Energia da Celesc Distribuição S.A. está fornecendo as informações solicitadas pela ANEEL e realizando estudos sobre os possíveis impactos.

Além dos aspectos de regulação tarifária, em 2011 a ANEEL promoveu mudanças na regulação técnica e comercial. As condições gerais de fornecimento foram revisadas, com a substituição da antiga Resolução Normativa nº 456, de 29 de novembro de 2000, pela Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, que dispõe sobre os processos comerciais de faturamento, arrecadação, atendimento ao consumidor, regras de contratação, participação financeira, sistemas de medição, leitura, procedimentos irregulares e ressarcimento de danos elétricos.

A organização e atuação dos Conselhos de Consumidores e Ouvidoria também foram regulamentados no ano de 2011 e os Procedimentos de Distribuição de Energia Elétrica no Sistema Elétrico Nacional – PRODIST, foram revisados, com alterações em seis módulos: I) Introdução, II) Planejamento da Expansão do Sistema de Distribuição, III) Acesso ao Sistema de Distribuição, IV) Informações Requeridas e Obrigações, V) Cálculo de Perdas na Distribuição e VI) Qualidade da Energia Elétrica. Todas estas mudanças demandaram intensivo trabalho de adequação interna com mudanças em processos operacionais e sistemas informatizados, além de significativa demanda por treinamento de equipes, que se estenderão até 2012.

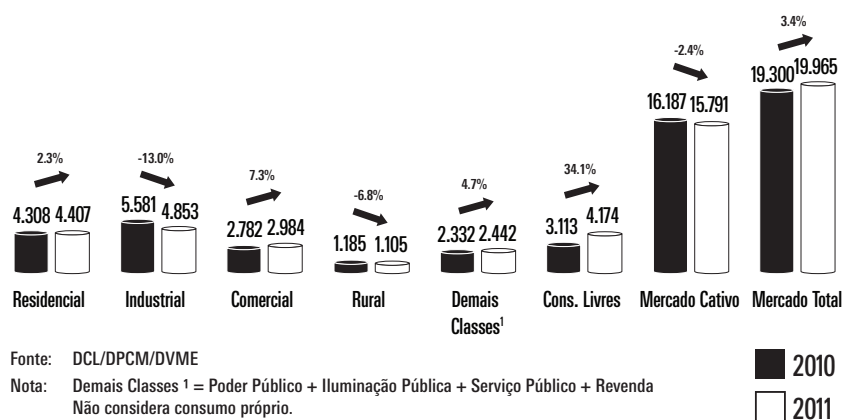
5. Desempenho Operacional

O consumo de energia elétrica na área de concessão da Celesc Distribuição S.A. apresentou crescimento de 3,4% em relação a 2010. No período, o número de clientes chegou a 2.420.274, registrando crescimento de 3,2% em relação ao exercício anterior, com o incremento de 74.876 novas ligações. O volume da energia distribuída junto aos mercados livre, cativo e consumo próprio foi de 19.977 GWh.

No mercado cativo, sob efeito das migrações para o ambiente de contratação livre, em 2011, o volume do consumo apresentou 15.791 GWh, decréscimo de -2,4% em relação a 2010 (16.187 GWh). Na classe industrial, onde ocorre maior frequência de migrações, a redução do consumo, no ano, chegou a -13%. O volume comercializado no ACL representa 21% de todo o montante de energia elétrica distribuída pela Celesc Distribuição S.A.

O desempenho das classes comercial (7,3% maior que 2010) e residencial (2,3% maior que 2010) foi diretamente influenciado pelas mudanças estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, que promoveu a reclassificação de 18,2 mil condomínios residenciais para a classe comercial a partir do mês de junho de 2011.

No mercado livre o consumo foi de 4.174 GWh, 34,1% superior em relação ao mesmo período de 2010 (3.113 GWh). O gráfico a seguir apresenta o desempenho do consumo por classe e o volume de energia distribuída aos mercados livre e cativo em 2010 e 2011:



5.1. Perdas

Com relação às perdas, nos 12 meses de 2011 as perdas globais representaram 7,38% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,11% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST Módulo 7 e 1,27% correspondem às perdas não técnicas. De acordo com a última revisão tarifária periódica da Celesc Distribuição S.A. a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,73%. Desse total, conforme Nota Técnica ANEEL/Superintendência de Regulação Econômica – SRE nº 237, de 08 de julho de 2009, os índices 6,17% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,56% às perdas não técnicas.

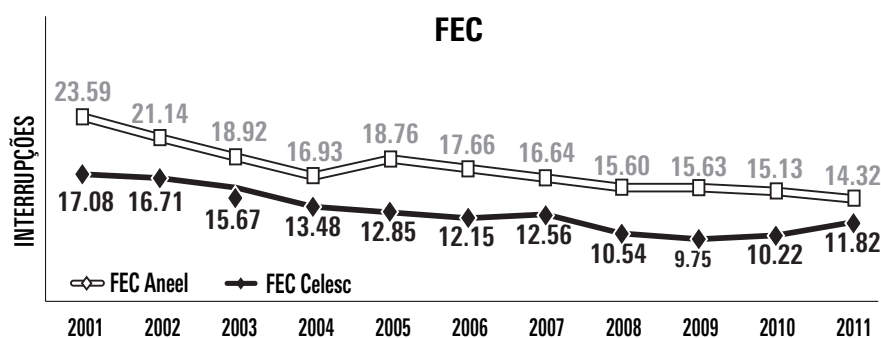
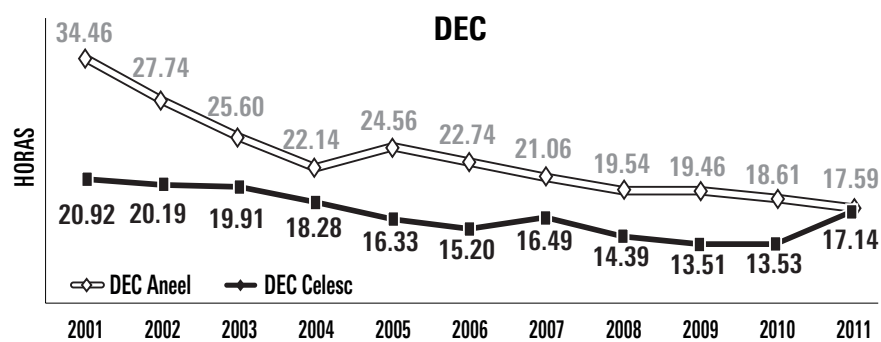
5.2. Qualidade do Serviço

Em 2011, a Celesc Distribuição S.A. registrou aumento nos valores dos indicadores de continuidade (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC e de Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC) em relação a 2010.

A alta dos índices foi fortemente influenciada por ocorrências no sistema de Alta Tensão (7%), por desligamentos para viabilizar obras de manutenção e ampliação do sistema (12%) e devido à mudança na formatação dos conjuntos de consumidores utilizados para mensurar os índices de continuidade.

Até 2010, o critério utilizado para definição dos conjuntos era o perímetro dos municípios atendidos pelas concessionárias e em 2011 os conjuntos passaram a ser definidos pela área de abrangência de cada subestação do sistema das respectivas concessionárias. Com a mudança a Celesc Distribuição S.A. que mantinha 260 (duzentos e sessenta) conjuntos de consumidores, passou a mensurar 119 (cento e dezenove) conjuntos de consumidores e a alteração impactou em torno de 4% o aumento do índice global de continuidade.

Em 2011 o indicador DEC, aumentou 26,68%, passando de 13,53 horas para 17,14 horas. O FEC aumentou 15,66%, passando de 10,22 interrupções para 11,82 interrupções. Importante destacar que mesmo com a alta, os índices estão dentro do padrão regulatório.



6. Investimentos

6.1. Expansão do Sistema

Em 2011, os investimentos da Celesc Distribuição S.A. alcançaram o montante de R\$352,9 milhões, 7,7% inferior ao apresentado em 2010 (R\$382,2 milhões). Este valor foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão.

No ano de 2011, em cumprimento ao Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD, estavam em construção cinco novas subestações (Itapoá, Joinville Paranaguamirim, Navegantes, Vidal Ramos, GM). Destas, duas (Navegantes e Joinville Paranaguamirim) foram concluídas e energizadas em 2011. Outras 10 (dez) subestações (Joinville Santa Catarina, Ilha Centro, Braço do Norte, Gravatal, Blumenau Bairro da Velha, Faxinal dos Guedes, Itapiranga, Araranguá, Porto Belo e Seara) foram ampliadas. No mesmo período, associado à construção das novas subestações foram implantados 74,3 km de Linhas de Distribuição de 138 kV.

Em atenção ao crescimento vegetativo e fortalecimento do sistema da malha de distribuição (13,8 kV e 23,1 kV), foram construídos 333,1 km de Redes de Distribuição (Alimentadores rede tronco) e realizadas 8.665 obras de expansão. O rol de novos equipamentos soma a instalação de 18.223 postes e 1.555 transformadores de distribuição. Os investimentos beneficiaram 14.373 unidades consumidoras.

6.2. Universalização

Desde a implantação do Programa de Universalização do Atendimento, instituído pelo Governo Federal em abril de 2003, a Celesc Distribuição S.A. acumula a realização de 60 mil ligações de novos consumidores em sua área de concessão. Por meio do Programa, em 2011, foram realizadas 6.331 ligações.

No ano, a Celesc Distribuição S.A. concluiu o seu Programa Luz Para Todos que beneficiou, em Santa Catarina, um total de 44.000 famílias. O Luz Para Todos é uma iniciativa de cunho social, que oferece subsídios custeados pelo Governo Federal, Governo Estadual e a respectiva concessionária, para instalação de energia elétrica em residências estabelecidas em área rural e com demanda limitada em 15 kVA.

6.3. Atendimento ao Cliente

Em 2011, em atendimento à nova legislação regulatória instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 414, de 09 de setembro de 2010, a Celesc Distribuição S.A. ampliou a presença corporativa na área de concessão e consumidores de 46 (quarenta e seis) municípios passaram a contar com unidades de atendimento presencial novas ou mais adequadas, tornando os serviços ainda mais acessíveis. Ao final da implantação do plano de expansão, denominado Presença Total, serão abertos e melhorados outros pontos, consolidando uma rede com 271 (duzentos e setenta e uma) Lojas de Atendimento.

A Celesc Distribuição S.A. também atuou, de forma incisiva, na obtenção da certificação ISO 9001 para o seu processo de tratamento de reclamações de consumidores. No período, investiu na documentação de processos, na padronização de procedimentos em ações que visam a excelência no atendimento, utilizando práticas isonômicas, concisas, seguras, corteses e céleres, assegurando a satisfação dos clientes e a eficácia do sistema de gestão. A certificação é obtida após avaliação de auditoria externa e é aguardada para o início de 2012.

Em novembro, numa iniciativa pioneira no Setor Elétrico Brasileiro, a Celesc Distribuição S.A. lançou sua *Carta de Serviços ao Cidadão*. A publicação atende às premissas do Programa Nacional de Gestão Pública – *GesPública*, instituído em 2005 para contribuir com a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos. Em Santa Catarina, a Celesc é a empresa âncora do Programa e também se tornou a primeira empresa pública a oferecer esse documento no Estado de Santa Catarina. Com a Carta, o consumidor pode esclarecer diversas dúvidas antes de procurar a Celesc Distribuição S.A., e se for preciso, saberá como acessar os canais corretos. O documento foi distribuído nos pontos de atendimento da Empresa, em locais de grande circulação e em todo o Estado de Santa Catarina.

Aperfeiçoando o atendimento virtual ao consumidor, foi reestruturada e ampliada, em 2011, a lista de serviços oferecidos pela agência *web* no portal corporativo (www.celesc.com.br). Antes, via atendimento virtual, eram oferecidos dois serviços e agora são 12 (doze), entre eles: denúncia de furto de energia, recibo de quitação para impressão, histórico de consumo, consulta do histórico de pagamento, relação dos endereços das unidades de atendimento presencial, valores de tarifas, impressão de segunda via e consulta de débitos.

No ano, a Celesc Distribuição S.A. também iniciou a prestação de serviços do *Call Center Ativo*. Mensalmente, por meio de amostragem, são selecionados consumidores que formularam reclamações na Concessionária e são pesquisados atributos relativos à satisfação do tratamento dispensado a essas reclamações. Com os dados, é elaborado *ranking* de desempenho das Agências Regionais e estipuladas metas de desempenho.

Importante registrar que, em maio, o Conselho de Consumidores da Celesc Distribuição S.A. – Conccel, realizou sua 150ª reunião oficial e, em 30 de novembro, comemorou 18 anos de fundação.

6.4. Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Na busca de inovações para superar os desafios tecnológicos e de mercado na área de energia elétrica, o P&D da Celesc Distribuição S.A. tem os recursos aplicados predominantemente no seu principal foco de negócio: a distribuição de energia elétrica, que absorve 51% dos seus recursos.

Em 2011, a Celesc Distribuição S.A. finalizou 10 (dez) projetos de P&D e, atualmente, o Programa executa 17 (dezesete) projetos, que somam R\$14,8 milhões além de possuir, pelo menos, 113 (cento e treze) projetos em fase de seleção.

Com relação aos projetos em execução 10 (dez) estão relacionados com Pesquisa Aplicada, seis com Desenvolvimento Experimental e um com Pesquisa Básica Dirigida. Dos projetos em questão, 47,08% concentram-se em distribuição de energia elétrica; 11,76% em Pesquisa Estratégica; 11,76% em Medição e também 11,76% em Supervisão, Controle e Proteção de Sistemas; 5,88% em Energia Renovável; 5,88% em Meio Ambiente e 5,88% em Qualidade.

Mesmo em proporção menor, alguns temas estão presentes nas carteiras dos projetos desenvolvidos com investimentos da Celesc Distribuição S.A.: Energia Renovável, Meio Ambiente e Qualidade, o que reforça os valores da Celesc Distribuição S.A. para a distribuição de serviços de excelente qualidade e com confiabilidade.

6.5. Eficiência Energética – EE

Em 2011, a Celesc Distribuição S.A. investiu um total de R\$5,2 milhões por meio do Pro-Celeficiência, distribuídos em quatro projetos, que melhoraram a eficiência energética das instalações de hospitais e de residências dos consumidores de baixa renda (R\$3,4 milhões). Os projetos focaram sistemas de iluminação, aquecimento solar, refrigeração, motores, ar condicionado e aparelhos esterilizadores autoclaves. Entre as ações executadas destacam-se:

6.5.1. Hospitais sem Fins Lucrativos

Foram concluídas ações de efficientização em 11 (onze) hospitais, com capacidade instalada de 1.263 leitos, com impacto na melhoria da qualidade do atendimento da população dos 11 (onze) municípios onde eles se localizam, além de municípios vizinhos. As ações envolveram melhorias no sistema de iluminação (lâmpadas e luminárias), substituição de geladeiras, ar condicionado, motores e aparelhos esterilizadores autoclaves.

Os investimentos nestas unidades hospitalares somaram em 2011, R\$1,8 milhões. Foram substituídos os sistemas de iluminação, com instalação de luminárias, reatores e lâmpadas eficientes; 71 (setenta e um) refrigeradores Selo Procel; 113 (cento e treze) ar condicionados *split* com Selo Procel e 51 (cinquenta e um) motores de alto rendimento.

Destes, dois hospitais apontaram a viabilidade de substituição de dois aparelhos esterilizadores autoclaves, que será efetuado após aprovação do projeto das instalações pela Vigilância Sanitária Estadual e execução das obras por cada hospital.

Todos os equipamentos retirados foram encaminhados para descarte e reciclagem. O projeto prevê ainda a efficientização de mais 20 (vinte) hospitais e um investimento adicional de R\$6,1 milhões.

6.5.2. Padrões de Entrada de Energia Elétrica e Reformas Elétricas Internas.

Esta ação, que faz parte do projeto *Sou Legal To Ligado* tem como objetivo atender consumidores de baixa renda adequando a sua entrada de energia e instalações elétricas internas aos padrões e normas de segurança. Visa também regularizar a situação de unidades consumidoras ligadas clandestinamente a rede de energia elétrica. Foi executada em 2011 a instalação de 998 (novecentos e noventa e oito) padrões de entrada e 104 (cento e quatro) reformas da rede elétrica interna dos consumidores beneficiando 1.102 famílias de baixa renda, com investimento até dezembro de 2011 de R\$807 mil.

6.5.3. Sistemas de Aquecimento Solar

Esta ação, que faz parte do projeto *Sou Legal To Ligado* compreende a substituição de chuveiros elétricos por sistema de aquecimento solar em unidades consumidoras de baixa renda. Em 2011 foram beneficiadas 1.016 famílias com a instalação dos aquecedores solares, em 16 (dezesesseis) municípios do Estado, com investimentos de R\$1,5 milhões.

6.5.4. Doação de Lâmpadas Eficientes

Esta ação, que faz parte do projeto *Sou Legal To Ligado* envolveu a substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas e seu descarte conforme normas ambientais. A ação encerrada em 2011 beneficiou 35.000 famílias com a doação de 157.000 lâmpadas econômicas e investimentos que totalizaram R\$1,7 milhões. Em 2011 foi realizada a última parte do projeto que beneficiou 11.345 famílias, distribuindo 43.000 lâmpadas fluorescentes compactas, mais econômicas, com investimentos de R\$556 mil.

6.6. Renovação da Frota

Em 2011, a frota da Celesc Distribuição S.A. foi incrementada com mais duas camionetes equipadas com cesto aéreo, 46 automóveis (30 *sedan* e 16 *hatch*), uma camionete 4X4 cabine dupla, um caminhão 6X2 carroceria de madeira, dois caminhões 4X2 com carroceria tipo baú, um caminhão 4X2 cabine chassi, cinco guindastes hidráulicos para içamento de postes e equipamentos, dois caminhões 4X2 com carroceria especial para serviços em linha viva, com investimentos de R\$5,75 milhões.

7. Desempenho Econômico-Financeiro

7.1. Índices Econômicos

No quadro a seguir pode-se visualizar, pelos principais indicadores econômicos, o desempenho da Celesc Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2011 em relação a 31 de dezembro de 2010.

Índices Econômicos	31.12.2011	31.12.2010
Receita Operacional Bruta – ROB	6.373.810	6.048.957
Receita Operacional Líquida – ROL	4.031.621	3.888.854
Resultado do Serviço – RS	399.020	192.497
Resultado Financeiro – RF	3.531	42.204
EBITDA ou LAJIDA	542.052	337.458
Lucro Líquido – LL	287.411	180.379
Margem de Serviço (RS/ROL)	9,90%	4,95%
Margem Operacional Líquida (LL/ROL)	7,13%	4,64%
Patrimônio Líquido – PL	1.484.443	1.268.061
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	22,67%	15,47%

O Lucro Líquido da Celesc Distribuição S.A. em 2011 foi R\$287,4 milhões, 59,3% superior ao apurado em 2010 (R\$180,4 milhões), este também já ajustado de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Este resultado deveu-se principalmente aos efeitos do reajuste tarifário médio de agosto de 2010 (9,85%) e de agosto de 2011 (1,19%), do crescimento de mercado (3,2%), e da queda das Despesas Operacionais de -1,7% (R\$3.632,6 milhões em 2011, R\$3.696,4 milhões em 2010).

O Resultado do Serviço em 2011 foi R\$399,0 milhões, 107,3% superior ao apurado em 2010 (R\$192,5 milhões). Como consequência deste fato o EBITDA apresentou crescimento de 60,6% (R\$542,0 milhões em 2011, R\$337,5 milhões em 2010).

A queda do Resultado Financeiro da Celesc Distribuição S.A. em 2011 (91,6%), deveu-se principalmente ao reconhecimento de Despesas Financeiras da renegociação da dívida com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás (R\$21,3 milhões) e do reconhecimento de Despesas Financeiras referente atualização da dívida do Encargo de Capacidade Emergencial – ECE (R\$11,2 milhões).

7.2. Demonstrações Financeiras Regulatórias

Com a instituição da Contabilidade Regulatória pela Resolução ANEEL nº 396, de 23 de fevereiro de 2010, da ANEEL, as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica estão obrigadas à adoção do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE. Para fins de registro contábil, todos os Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela ANEEL, devem ser aplicados. Contudo, dos Pronunciamentos aprovados pelo CFC, o ICPC 01 – Contratos de Concessão e o CPC 01 – Ativos e Passivos Regulatórios não foram recepcionados pela ANEEL. Deste modo, a aplicação desses Pronunciamentos são validados somente para fins societários e não reflete nas informações contábeis regulatórias, tendo seus efeitos eliminados.

Em atendimento ao Despacho nº 4.991, de 29 de dezembro de 2011, emitido pela ANEEL, apresentamos as Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR, exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. | BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2011	2010
Circulante	1.459.653	1.285.983
Caixa e Equivalentes de Caixa	369.430	172.591
Títulos e Valores Mobiliários	15.062	13.494
Contas a Receber de Clientes	844.386	776.412
Tributos a Recuperar	58.228	34.213
Serviços em Curso	9.196	3.965
Estoque	20.669	14.331
Ativo Regulatório – “Parcela A” – CVA	25.011	122.423
Ativos Regulatórios – Outros	79.117	84.756
Outros Créditos	38.554	63.798
Não Circulante	2.977.301	2.881.803
Realizável a Longo Prazo	738.317	792.422
Contas a Receber de Clientes	121.376	215.334
Tributos a Recuperar	13.632	12.630
Depósitos Judiciais	140.305	121.685
Tributos Diferidos	446.007	427.226
Imobilizado	2.140.623	1.983.941
Intangível	115.358	120.987
Total do Ativo	4.436.954	4.167.786

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. | BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

Passivo	2011	2010
Circulante	1.377.242	1.187.058
Fornecedores	410.377	369.181
Folha de Pagamento e Encargos Sociais	22.078	30.765
Empréstimos e Financiamentos	235.163	106.051
Taxas Regulamentares	183.267	149.333
Entidade de Previdência Privada	18.113	17.417
Benefícios Pós-Emprego	115.908	171.167
Tributos e Contribuições Sociais	100.744	87.608
Dividendos Declarados e Juros sobre o Capital Próprio	64.671	56.288
Passivo Regulatório – “Parcela A” – CVA	78.613	70.081
Passivos Regulatórios – Outros	32.882	-
Obrigações Estimadas	96.842	93.197
Outras Contas a Pagar	18.584	35.970
Não Circulante	1.719.753	1.766.565
Empréstimos e Financiamentos	107.929	195.704
Taxas Regulamentares	147.841	112.575
Entidade de Previdência Privada	-	3.872
Benefícios Pós-Emprego	949.795	930.335
Provisão para Contingências	482.235	472.363
Tributos Diferidos	29.478	49.241
Outras Contas a Pagar	2.475	2.475
Patrimônio Líquido	1.339.959	1.214.163
Capital Social Realizado	1.053.589	1.048.534
Reservas de Lucro	286.370	165.629
Total do Passivo	4.436.954	4.167.786

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. | DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Receita Operacional Bruta	6.005.747	5.778.572
Fornecimento de Energia Elétrica	5.543.861	5.286.352
Suprimento de Energia Elétrica	117.604	109.451
Ativo Regulatório	(38.528)	86.745
Passivo Regulatório	10.163	13.608
Disponibilização da Rede Elétrica	320.947	226.759
Energia Elétrica de Curto Prazo	-	1.127
Arrendamentos e Aluguéis	35.008	32.624
Renda da Prestação de Serviços	8.495	10.671
Outras Receitas	8.197	11.235
Deduções da Receita Operacional	(2.379.289)	(2.174.905)
ICMS sobre Energia Elétrica Vendida	(1.264.560)	(1.187.338)
PIS	(99.077)	(95.814)
COFINS	(456.354)	(441.324)
Imposto sobre Serviços – ISS	(414)	(39)
Reserva Global de Reversão – RGR	(28.231)	(23.295)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(182.828)	(172.183)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(300.999)	(208.399)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(18.010)	(17.890)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(18.010)	(17.890)
Encargo de Capacidade Emergencial	-	1
Outros Encargos	(10.806)	(10.734)
Receita Operacional Líquida	3.626.458	3.603.667
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.900.321)	(2.904.193)
Custo com Energia Elétrica	(2.398.426)	(2.438.637)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.868.706)	(1.967.043)
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	(447.582)	(377.439)
Proinfa	(82.138)	(94.155)
Custo de Operação	(490.595)	(444.660)
Pessoal e Administradores	(311.087)	(288.384)
Material	(23.111)	(23.057)
Serviços de Terceiros	(46.792)	(36.203)
Depreciação e Amortização	(110.519)	(101.018)
Outros Custos	914	4.002
Custo do Serviços Prestado a Terceiros	(11.300)	(20.896)
Lucro Operacional Bruto	726.137	699.474
Despesas operacionais	(482.834)	(429.417)
Despesas com Vendas	(165.732)	(151.912)
Despesas Gerais e Administrativas	(256.943)	(265.843)
Outras Despesas Operacionais	(60.159)	(11.662)
Resultado do Serviço	243.303	270.057
Receitas (Despesas) Financeiras	(73.819)	(19.025)
Resultado Operacional	169.484	251.032
Outras Receitas	21.032	14.045
Outras Despesas	(1.300)	(2.180)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	189.216	262.897
Imposto de Renda Corrente	(77.466)	(52.058)
Contribuição Social Corrente	(29.553)	(19.882)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	38.544	(14.483)
Imposto de Renda Diferido	28.341	(10.649)
Contribuição Social Diferido	10.203	(3.834)
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	120.741	176.474
Reversão dos Juros sobre o Capital Próprio	76.084	66.221
Lucro Líquido do Exercício	196.825	242.695

Conciliação das Demonstrações Financeiras

Regulatórias X Demonstrações Financeiras Societárias

	2011	2010
Lucro Líquido Regulatório	196.825	242.695
Regulatório	144.465	(68.813)
IFRIC 12	(7.214)	(25.604)
Efeitos dos Tributos	(46.665)	32.101
Lucro Líquido Societário	287.411	180.379
Patrimônio Líquido Regulatório	1.339.959	1.214.163
Regulatório	7.367	(137.098)
IFRIC 12	211.548	218.762
Efeitos dos Tributos	(74.431)	(27.766)
Patrimônio Líquido Societário	1.484.443	1.268.061

8. Gestão

Visando o equilíbrio entre valores econômicos, éticos e ambientais e, como uma contingência de seus objetivos maiores, a Celesc Distribuição S.A. mantém, em bases regulares e permanentes, ações direcionadas à redução de perdas de receitas de forma a aproximar-se dos padrões constantes do processo de revisão tarifária. No ano passado, a Empresa registrou recuo de -1,7% das suas despesas operacionais em relação a 2010, passando de R\$3.696,4 milhões em 2010 para R\$3.632,6 milhões em 2011.

Em nome das boas práticas de governança, a Diretoria Executiva tem buscado estreitar o relacionamento com os seus diversos *stakeholders* (acionistas, governo, clientes, fornecedores empregados, sindicatos e sociedade), com foco na transparência e na prestação de contas, estimulando que essa premissa permeie por toda a organização.

Neste sentido, promoveu reuniões com as diretorias da ANEEL, da Abradee e de diversas concessionárias. Também foram realizadas reuniões e palestras em associações empresariais de diversos municípios catarinenses e na FIESC.

Em maio, em parceria com o Grupo Energisa e a Abradee, promoveu *workshop* no Rio de Janeiro para discussão dos impactos de catástrofes climáticas no setor elétrico, com participação de 16 (dezesseis) concessionárias de energia. No mesmo mês, a Celesc Distribuição S.A. passou a fazer parte da diretoria do Fórum Nacional de Secretários de Estado para Assuntos de Energia – FNSE e foi nomeada representante do referido fórum no conselho da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Para divulgar o plano de investimentos do sistema elétrico a ser implementado até 2015, foi elaborado material gráfico específico, que tem permitido socializar a programação de obras para melhorias e ampliação do sistema nas diversas regiões da área de concessão. A iniciativa tem o objetivo de permitir o planejamento de expansão econômica dos municípios, assegurado pela infraestrutura a ser disponibilizada pela Celesc Distribuição S.A.

Oferecendo transparência total sobre seus contratos para aquisição de serviços e materiais, entre outros, a Celesc Distribuição S.A. também lançou seu *Portal da Transparência* no novo sítio da Empresa, reestruturado em 2011. O Portal disponibiliza, na *internet*, o conteúdo de todos os contratos assinados pela Celesc Distribuição S.A. desde janeiro de 2011.

No intuito de expandir as ações sociais corporativas a sua cadeia produtiva, em 2011 foi aprovada a Política de Relacionamento com Fornecedores para melhorar processos e construir possibilidades de inclusão social, de respeito ao ambiente e transparência.

O relacionamento com os empregados também tem sido intensificado, com participação do presidente e diretores no VIII Congresso dos Empregados da Celesc; visitas do presidente às Agências Regionais; videoconferência com o Governador (representante do acionista majoritário); e reforço na comunicação interna.

8.1. Gestão de Pessoas

Em relação ao público interno, a Empresa desenvolve um trabalho constante de divulgação e valorização de conceitos alinhados às suas políticas estratégicas e orienta os profissionais que trabalham nas áreas de planejamento e execução de programas, especialmente gestão de fornecedores e gestão de pessoas.

8.1.1. Capacitação Profissional

A Celesc Distribuição S.A. encerrou 2011 com 3.526 empregados (3.621 em 2010), registrando a relação de 686 unidades consumidoras por empregado (666 em 2010) e de 4.479 MWh vendidos por empregado (4.470 MWh em 2010).

No ano, a Celesc Distribuição S.A. registrou o volume de 24.977 participações em treinamentos internos e externos, o que resultou em sete treinamentos por empregado. O número total de horas de treinamento foi de 132.892 horas resultando em 37,69 HHT.

O percentual investido com treinamento em comparação com a receita bruta da Celesc Distribuição S.A. em 2011 correspondeu a aproximadamente 0,024%. As ações de capacitação e desenvolvimento são de caráter empresarial, cujos valores são a economicidade, a relação custo-benefício e o retorno em qualidade e produtividade, salvo as exigências legais.

Em agosto, a Diretoria renovou seu compromisso com os benefícios concedidos por meio de Acordo Coletivo.

No ano, foram distribuídos aos empregados a título de Participação nos Lucros e Resultados – PLR R\$17,7 milhões. A PLR está associada ao cumprimento ou superação de metas do Contrato de Gestão e do Contrato de Resultados e possibilita atuar estrategicamente para melhorar o desempenho organizacional.

Sensível às necessidades conjunturais de sua força de trabalho, após as tragédias climáticas ocorridas no Estado de Santa Catarina em 2011, que atingiu também empregados, a Empresa antecipou a PLR, o 13º salário e estabeleceu linha de crédito na Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos.

Com base na Avaliação de Desempenho 360º, aplicada em 2010, na qual o empregado foi avaliado pelo seu supervisor imediato, seus subordinados e pelos pares, além da autoavaliação, em 2011, o resultado da Avaliação contribuiu com o fator Conhecimento da Função, no Plano de Cargos e Salários – PCS, com foco na meritocracia. Além disso, os empregados tiveram a oportunidade de atualizar o seu cadastro no Banco de Dados de Empresa, com informações como Treinamentos Realizados, Atividades Corporativas, Experiência Gerencial, Escolaridade, Formação Profissional e Dados Pessoais.

Ainda em 2011, foi realizado concurso público para a contratação de engenheiros e advogados. 3.890 candidatos, 31 (trinta e um) com deficiências, disputaram 18 (dezoito) vagas para engenheiro e nove para a área jurídica. Entre os admitidos, três têm deficiência.

Em 2011, a Celesc Distribuição S.A. também reformulou o encaminhamento de convênio com a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC para cursos de mestrado e pré-vestibular.

Foi lançado, em agosto, o Projeto Equilíbrio, desenvolvido em parceria entre Celesc Distribuição S.A. e o Serviço Social da Indústria – SESI, para realizar um diagnóstico sobre saúde e estilo de vida dos celesquianos. O objetivo do projeto é levantar a incidência de doenças crônicas como: hipertensão, diabetes e problemas de coluna; e analisar os riscos potenciais à saúde: obesidade, estresse, tabagismo, sedentarismo, entre outros, para montar estratégias de qualidade de vida.

8.1.2. Segurança no Trabalho

Em relação à Segurança e Saúde do Trabalho, manteve-se a operacionalização da Gestão do Trabalho Seguro – GTS nas Agências Regionais, por meio do Contrato de Resultados, no qual foram desenvolvidas as atividades de reuniões de segurança, análise de acidentes e normativas, inspeção de guindautos, escadas e cesto aéreo, testes de isolamento elétrico dos equipamentos de proteção individual, coletivo e do ferramental.

A Empresa executou a reciclagem da Norma Regulamentadora de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade – NR 10, abrangendo principalmente a questão comportamental.

Foi desenvolvido o processo de Planejamento Estratégico da Área de Segurança do Trabalho da Celesc Distribuição S.A., com a participação dos profissionais do setor, definindo-se os conceitos de negócio, missão, visão e objetivos do setor prevencionista e as ações para o ano de 2012.

Quanto às empresas terceirizadas, foram realizadas atividades de inspeção em campo e cobranças frente ao disposto nas Diretrizes para empresas contratadas, além da ação de fiscalização sobre as empresas compartilhadoras. No total, foram realizadas 1.038 visitas de inspeção.

Outras ações foram realizadas em 2011, como a operacionalização da Política de Bem-Estar, que abrange e integra todos os Programas, Projetos e Ações que têm como objetivo o desenvolvimento de ações concretas e integradas para a promoção, prevenção e preservação da saúde dos empregados, entendendo saúde como bem-estar físico, mental e social.

No período, foram registrados 107 (cento e sete) acidentes, com afastamento, e uma morte em acidente de trânsito.

8.1.3. Clima Organizacional

No mês de janeiro de 2011, a Celesc Distribuição S.A. realizou nova pesquisa de clima com o intuito de melhorar o nível de satisfação e comprometimento de seus empregados.

Participaram da enquete 45% dos empregados (1.599). Perfil dos participantes: 22,9% mulheres e 77,1% homens.

Oito campos foram pesquisados, e as notas estão apresentadas a seguir:

- » Condições de Trabalho (6,6 regular);
- » Saúde e Segurança (7,9 bom);
- » Relações de Trabalho e Participação (6,5 regular);
- » Comprometimento e Motivação (7,4 bom);
- » Desempenho e Crescimento (5,9 ruim);
- » Comunicação (7,4 bom);
- » Valores e Ética (6,6 regular);
- » Imagem da Empresa (7,7 bom); e
- » Tomada de Decisão (6,6 regular).

Em 2011, também foi dado posse ao Comitê de Ética, que tem por objetivo gerenciar o enraizamento das práticas éticas do Código de Conduta. No período, o Comitê realizou oito reuniões e estabeleceu parceria com a Ouvidoria, para facilitar as denúncias de violação. Com as penalizações previstas, foram apurados quatro casos. Do total de 12 (doze) denúncias, sete foram apuradas e cinco permanecem em apuração.

8.1.4. Política de Bem-Estar

Dentro da Política de Bem-Estar, a Celesc Distribuição S.A. desenvolve diversas ações. Esses programas foram revisados, atualizados e readequados em 2011 para que pudessem suprir as necessidades levantadas pelos indicadores de saúde utilizados como ferramentas para medir o índice de satisfação e motivação dos empregados, como o Plano de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO e a Pesquisa de Clima Organizacional – PCO.

Em 2011, as ações envolveram os Programas: Prevenção e Tratamento do Alcool e Dependência Química – PPTAD, que atendeu 32 (trinta e dois) empregados e 12 (doze) familiares, Vivendo e Valorizando a Aposentadoria – Viva; Reabilitação e Readaptação Profissional; Qualidade de Vida – PQV; Projetos de Tabagismo – PPTT e Ginástica Laboral com 200 (duzentos) empregados.

No ano, também foram realizadas campanhas preventivas sobre Doenças Sexualmente Transmissíveis – DST (HIV/AIDS) e campanha contra a gripe, com imunização de 2.121 empregados.

Em agosto, foi dado início ao Projeto Equilíbrio: sua saúde é a nossa energia, com o objetivo de investir na prevenção da saúde e no bem-estar dos empregados, que conta com o SESI, para realização do Diagnóstico de Saúde e Estilo de Vida – DSEV, com a participação de 1.902 empregados. As informações obtidas por meio do projeto serão utilizadas para traçar um plano de ações para o próximo ano, que visem à melhoria da saúde dos empregados.

Outra ação iniciada em 2011 foi o projeto-piloto para gerenciamento do estresse, Estresse: Energia Positiva ou Negativa? implantado na Agência Regional Florianópolis, com a participação de 245 (duzentos e quarenta e cinco) empregados. O projeto será concluído até setembro de 2012, junto com o plano de ação das fontes estressoras organizacionais a ser proposto por um grupo de empregados devidamente capacitados pela psicóloga que coordena as atividades do projeto.

A Celesc Distribuição S.A. também oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas, o Plano Assistencial Celos Saúde. O plano é classificado na segmentação ambulatorial, hospitalar com obstetrícia e oferece aos usuários cobertura de serviços médicos e odontológicos. Em 2011, por meio do plano, foram atendidos um total de 19.109 participantes, sendo 11.019 ativos (titulares e dependentes) e 8.090 assistidos (titulares e dependentes).

9. Responsabilidade Ambiental

Ciente da complexidade que a dimensão ambiental representa para a sustentabilidade de seu negócio, a Celesc Distribuição S.A. tem centrado esforços para a passagem do patamar da conformidade ambiental legal para aquele da conformidade normativa.

Na condição de Empresa Pública, a Celesc Distribuição S.A., motivada por seu poder de compra, tem institucionalizada a exigência de certificação florestal como critério de habilitação técnica nos processos licitatórios para aquisição de materiais de origem florestal.

Em 2011, o Projeto Fauna Viva, desenvolvido pelo Programa de P&D da Celesc Distribuição S.A. foi um dos destaques do *I Workshop de Fauna*, promovido pela AES Eletropaulo com apoio do comitê brasileiro da Comissão de Integração Elétrica Regional – CIER, que congrega 38 (trinta e oito) empresas e entidades ligadas ao Setor Elétrico Nacional, o Bracier.

O projeto apresentado é fruto de parceria entre a Empresa e a Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, com o objetivo de evitar interrupções do serviço de distribuição de energia elétrica e proteger a fauna local. Durante 12 meses, os pesquisadores mapearam as ocorrências de desligamento envolvendo animais em área urbana e rural daquele município. Medidas preventivas para evitar tais ocorrências também foram estudadas.

Processado o licenciamento ambiental e obtidos os diplomas aplicáveis, cada obra é objeto de acompanhamento – supervisão ambiental – para verificação da eficácia das medidas para redução/neutralização dos impactos dela decorrentes e dos programas ambientais previstos para reduzir/neutralizar seus impactos adversos e potencializar os impactos positivos.

No ano, no que tange à preservação do patrimônio cultural, merece destaque o Programa de Salvamento Arqueológico executado pela Celesc Distribuição S.A. no momento da implantação da Linha de Distribuição de 138 kV Pirabeiraba – Garuva, ação que possibilitou o salvamento de estruturas escavadas. Sítios arqueológicos ocorrentes na área do entorno direto da Linha de Distribuição de 138 kV Trindade – Ilha Norte aguardam a renovação da portaria de autorização do Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional – IPHAN para que seja executado o seu salvamento.

Por meio de programa de recuperação de áreas degradadas, a Empresa restaura as condições do solo, controla focos erosivos e integra a paisagem do local de intervenção à paisagem do entorno em todos os seus empreendimentos. No ano, destaque para os trabalhos realizados junto à Linhas de Distribuição de 138 kV SE Trindade – SE Ilha Norte, Linhas de Distribuição de 138 kV SE Rio do Sul – SE Vidal Ramos e à Linha de Distribuição de 138 kV SE Forquilha – SE Forquilha – SE Araranguá.

Os recursos hídricos e a qualidade ambiental também são objeto de ações específicas visando a sua preservação, com programas de monitoramento da qualidade da água e de ruídos, e de medição ou cálculo de campos eletromagnéticos, entre outros.

A gestão de resíduos de atividades construtivas é feita por meio do Programa de Minimização e Gerenciamento dos Resíduos de Construção, customizado para cada empreendimento. A prática da disposição adequada inclui os resíduos gerados em todas as suas atividades. Desse modo, em 2011, receberam destinação adequada, mediante emissão de certificado de destinação, 43.336 kg de resíduos cotados no Anexo A, da Norma Brasileira – NBR nº 10.004, de 31 de maio de 2004, volume este resultante de atividades operacionais da concessionária.

Foi lançado no ano, o Edital nº 11/19.097, cujo objeto é a contratação dos serviços para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e a temática também foi incluída no Edital nº 11/23.650 para apresentação de projetos para o Programa de P&D.

Com o objetivo de informar sobre seus empreendimentos e sensibilizar as comunidades do entorno sobre a importância do meio ambiente para os presentes e futuras gerações, a Celesc Distribuição S.A. levou à área de inserção de seus novos empreendimentos o Programa de Educação Ambiental – PEA e o Programa de Comunicação Social. Em 2011, a ação foi levada a cabo quando da implantação da Linha de Distribuição de 138 kV Rio do Sul – Vidal Ramos, da Linha de Distribuição de 138 kV Trindade – Ilha Norte, da Linha de Distribuição de 138 kV Pirabeiraba – Garuva, da Linha de Distribuição de 138 kV Garuva – Itapoá e da Linha de Distribuição de 138 kV Forquilha – entroncamento Forquilha – Araranguá, que contemplaram 39 (trinta e nove) instituições de ensino de nove municípios e beneficiaram 6.170 alunos.

10. Responsabilidade Social

A Celesc Distribuição S.A. assume responsabilidades com seus parceiros e com as comunidades em que atua e quer ser uma organização empresarial ativa no fomento ao desenvolvimento sustentável. Para tanto, inclui princípios e valores de responsabilidade social no relacionamento com as partes interessadas: acionistas, força de trabalho, fornecedores, comunidades em que está inserida e instituições parceiras.

Em 2011, por meio do projeto Tô Ligado em um Novo Tempo, que capacita jovens em situação de vulnerabilidade social para o mercado de trabalho, um grupo de 16 (dezesesseis) alunos concluiu o curso de Instalador Medidor do Grupo B – Básico Comercial. O projeto, im-

plantado em 2008, já capacitou outros 324 (trezentos e vinte e quatro) jovens para atuarem em serviços no sistema elétrico e já formou duas cooperativas. A turma de 2011 deve formar a Cooperativa de Serviços Elétricos do Sul do Brasil – Eletrocoop.

Em julho, 70 (setenta) jovens encaminhados pelo Ministério Público de Santa Catarina – MPSC, oriundos de programas sociais, passaram a fazer parte do quadro dos Jovens Aprendizes da Celesc Distribuição S.A., que já contava com 100 (cem) adolescentes entre 14 e 16 anos.

O programa Jovem Aprendiz tem parceria com o Centro Cultural Escrava Anastácia, Centro Integração Empresa-Escola de Santa Catarina – CIEE, e Fundação CASAN – FUCAS. Os adolescentes recebem formação técnico-profissional metódica por meio de atividades práticas e cursos de aprendizagem compatíveis com seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, por um período máximo de dois anos.

Ainda com foco no público externo, em 2011 também foram desenvolvidos os projetos Binho de Energia, Energia do Bem e Sou Legal, Tô Ligado e ações associadas ao Programa Celesc de Eficiência Energética – proCeleficiência.

Em agosto, a Celesc Distribuição S.A. sediou e participou do lançamento para o Estado de Santa Catarina do 4º Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio Brasil – ODM Brasil, que é uma iniciativa do Governo Federal, por meio da Secretaria Geral da Presidência da República, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, também conhecido como Movimento Nós Podemos. O objetivo é mobilizar a sociedade civil, empresas e poder público para o alcance dos oito ODM até 2015.

A Celesc Distribuição S.A. é signatária do Movimento Nós Podemos – Santa Catarina, constituído por 41 (quarenta e uma) organizações e que tem como principais funções informar a situação do Estado em relação aos ODM e as regras e prazos para a inscrição de projetos ao Prêmio.

Em relação ao público interno, a Empresa desenvolve um trabalho constante de divulgação e valorização de conceitos alinhados às suas políticas estratégicas e orienta os profissionais que trabalham nas áreas de planejamento e execução de programas, especialmente gestão de fornecedores e gestão de pessoas. As ações voltadas a esse segmento estão relatadas no item 8.1. Gestão de Pessoas.

Em 2011, também foi definida a política de relacionamento com fornecedores, buscando a sustentabilidade da cadeia produtiva. Basicamente, combate: trabalho escravo e infantil, agressões ambientais, descumprimento da legislação trabalhista, desrespeito ao Pacto Global, e prática de suborno a empregados e gerentes da Celesc Distribuição S.A. em troca de favores. Para combater a dependência química provocada pelo uso do crack, a Celesc Distribuição S.A. associou-se ao Instituto Crack Nem Pensar, foro de discussão de medidas também para prevenção a esse flagelo.

Ainda no ano passado, a Celesc Distribuição S.A. e a *Child Who*, com a parceria do Ministério Público de Santa Catarina – MPSC, aderiu toda sua frota de veículos com material de combate à prostituição infantil nas estradas.

Ainda cumpre registrar a permanente fiscalização para coibir todo e qualquer tipo de discriminação, seja econômica, social, política, racial, sexual ou religiosa no universo empresarial.

Em maio, a Empresa marcou presença no IV Seminário Internacional do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, em Brasília. No mesmo mês, em apoio ao Dia Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, a Empresa realizou um debate conduzido pela Coordenadoria da Infância e Juventude do MPSC, transmitido a todas as Agências Regionais por videoconferência. Em virtude das suas ações nesse campo, a Empresa também teve renovada, em 2011, a autorização para ostentar o selo da Fundação Abrinq como Empresa Amiga da Criança.

Por meio das suas ações sociais, a Empresa também presta apoio a projetos na área de cultura, esporte, turismo e à primeira infância. Os desembolsos para apoio na área da cultura, pela Lei Rouanet, foram da ordem de R\$1.907 mil. Para o Fundo de Apoio à Infância e Adolescência – FIA, a Empresa contribuiu com R\$522,3 mil. No esporte, amparada pela Lei de Incentivo, foram aplicados R\$445 mil.

11. Estrutura Societária

A Celesc Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, seu único sócio controlador, que detém 100% do seu Capital Social.

A Celesc Holding atua na subsidiária por meio da estrutura hierárquica e por meio do seu Conselho de Administração – CA. O Conselho formaliza sua relação com a Diretoria Executiva da Distribuidora utilizando como instrumento de controle o Contrato de Gestão, no qual estão definidas metas para diversos indicadores empresariais e refletem os principais desafios estratégicos da Celesc Distribuição S.A.

11.1. Diretoria Executiva

A Diretoria Executiva da Celesc Distribuição S.A. é composta por oito integrantes. Em dezembro de 2011, a nominata de diretores era a seguinte:

Antonio Marcos Gavazzoni	<i>Diretor Presidente</i>
Clairton Belem da Silva	<i>Diretor de Planejamento e Controle Interno</i>
André Luiz Resende	<i>Diretor de Relações com Investidores, Controle de Participações e Novos Negócios</i>
José Carlos Oneda	<i>Diretor Econômico-Financeiro</i>
André Luiz Bazzo	<i>Diretor de Gestão Corporativa</i>
Dilson Oliveira Luiz	<i>Diretor Comercial</i>
Cleverson Siewert	<i>Diretor de Distribuição</i>
Antônio José Linhares	<i>Diretor de Regulação e Gestão de Energia</i>

11.2. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Celesc Distribuição S.A. é composto por cinco membros. Três integrantes são indicados pelo acionista majoritário. Os acionistas preferenciais e os acionistas ordinários minoritários elegem, em escrutínio separado, seus representantes e respectivos suplentes.

Representante do Acionista Majoritário	Titular: Luiz Hilton Temp Suplente: Djalma de Souza Coutinho
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Oswaldo Tadeu Beltramini Suplente: Saliba Nader Neto
Representante do Acionista Majoritário	Titular: Paulo da Paixão Borges de Andrade Suplente: Adolar Bekendorf
Representante do Acionista Minoritário Ordinário	Titular: Telma Suzana Mezia Suplente: Marcelo de Souza Muniz
Representante do Acionista Minoritário Preferencialista	Titular: Julio Sergio de Souza Cardozo Suplente: Antonio Augusto Torres de Bastos Filho

Audidores Independentes

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SEP/SNC nº 02, de 20 de março de 2003, a Celesc Distribuição S.A. informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Informações

A Celesc Distribuição S.A. informa que as Demonstrações Financeiras Societária e Regulatória estão disponíveis no sítio eletrônico www.celesc.com.br

Agradecimentos

A Celesc Distribuição S.A. agradece ao esforço e dedicação de seus colaboradores, clientes e fornecedores, que têm papel fundamental na história de sucesso da Empresa. Os crescentes desafios têm sido superados com apoio dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal. O esforço de todos merece o reconhecimento dos consumidores e enaltece a proposta de engrandecimento da Celesc Distribuição S.A. para suas ações em prol do desenvolvimento social e econômico do Estado de Santa Catarina.

Florianópolis, 22 de março de 2012.

A Administração

BALANÇO SOCIAL 2011 - CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

1 - BASE DE CÁLCULO	2011			2010		
	Valor (mil reais)			Valor (mil reais)		
- Receita Líquida (RL)	4.031.621			3.888.854		
- Resultado Operacional (RO)	402.551			234.701		
- Folha de Pagamento Bruta (FPB)	562.239			475.913		
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre FPB	% sobre RL
- Alimentação	23.078	4,10	0,57	22.852	4,80	0,59
- Encargos Sociais Compulsórios	106.358	18,92	2,64	100.652	21,15	2,59
- Previdência Privada	25.697	4,57	0,64	22.228	4,67	0,57
- Saúde	24.639	4,38	0,61	7.979	1,68	0,21
- Segurança e saúde no trabalho	2.407	0,43	0,06	2.910	0,61	0,07
- Educação	124	0,02	0,00	170	0,04	0,00
- Cultura	0	0,00	0,00	0	0,00	0,00
- Capacitação e Desenv. Profissional	1.049	0,19	0,03	981	0,21	0,03
- Creches ou Auxílio-creche	1.057	0,19	0,03	988	0,21	0,03
- Participação nos Lucros ou Resultados	16.860	3,00	0,42	12.410	2,61	0,32
- Outros	55.424	9,86	1,37	555	0,12	0,01
Total - Indicadores Sociais Internos	256.693	45,66	6,37	171.725	36,08	4,42
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Educação	1.905	0,47	0,05	978	0,42	0,03
- Cultura	42.983	10,68	1,07	28.996	12,35	0,75
- Saúde e Saneamento	5.576	1,39	0,14	15.135	6,45	0,39
- Esporte	62.118	15,43	1,54	55.993	23,86	1,44
- Combate à Fome e Segurança Alimentar	221.566	55,04	5,50	104.119	44,36	2,68
- Outros	774	0,19	0,02	51.522	21,95	1,32
Total das Contribuições p/ a Sociedade	334.922	83,20	8,31	256.743	109,39	6,60
- Tributos (excluídos os encargos sociais)	1.952.637	485,07	48,43	1.826.682	778,30	46,97
Total - Indicadores Sociais Externos	2.287.559	568,27	56,74	2.083.425	887,69	53,57
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil reais)	% sobre RO	% sobre RL
- Investimentos Relac.c/ a Produção/Operação da Empresa	421	0,10	0,01	73	0,03	0,00
- Investimentos em Programas e/ou Projetos Externos	93.918	23,33	2,33	101.333	43,18	2,61
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	94.339	23,44	2,34	101.406	43,21	2,61
- Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	() não possui metas	(x) cumpre de 51 a 75 %	() não possui metas	(x) cumpre de 51 a 75 %	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %
	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %	() cumpre de 0 a 50 %	() cumpre de 76 a 100 %		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2011			2010		
- Nº de empregados(as) ao final do período	3.634			3.621		
- Nº de admissões durante o período	6			0		
- Nº de empregados(as) terceirizados	1.953			1.841		
- Nº de estagiários(as)	164			159		
- Nº de empregados(as) acima de 45 anos	2.204			2.020		
- Nº de mulheres que trabalham na empresa	624			619		
- % de cargos de chefia ocupados por mulheres	22,00			20,84		
- Nº de negros(as) que trabalham na empresa	61			128		
- % de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0,73			0,00		
- Nº de pessoas com deficiência ou neces. especiais	30			10		
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2011			Metas 2012		
- Relação entre a maior e a menor remuneração na Empresa	16,97			16,97		
- Número total de acidentes de trabalho	107			70		
- Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados	[] direção	[x] direção e gerências	[] todos os empregados
- Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[x] todos+Cipa	[] direção e gerências	[] todos os empregados	[x] todos+Cipa
- Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	[] não se envolve	[] segue as normas da OIT	[x] incentiva e segue a OIT	[] não se envolverá	[] seguirá as normas da OIT	[x] incentivar e seguirá a OIT
- A previdência privada contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- A participação nos lucros ou resultados contempla:	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados	[] direção	[] direção e gerências	[x] todos os empregados
- Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	[] não são considerados	[] são sugeridos	[x] são exigidos	[] não serão considerados	[] serão sugeridos	[x] serão exigidos
- Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	[x] não se envolve	[] apoia	[] organiza e incentiva	[] não se envolverá	[x] apoiará	[] organizar e incentivar
- Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na Empresa: 1.051.676	no Procon: ND	na Justiça: 1.076	na Empresa: 0	no Procon: 0	na Justiça: 1.000
- % de reclamações e críticas solucionadas:	na Empresa: 100%	no Procon: ND	na Justiça: ND	na Empresa: 0%	no Procon: 0%	na Justiça: 50%
- Valor Adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2011: 3.508.969			Em 2010: 3.145.529		
- Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	75,06% governo	13,63% colaboradores		75,78% governo	16,64% colaboradores	
	2,17% acionistas	3,12% terceiros	6,02% retido	2,11% acionistas	1,84% terceiros	3,63% retido
7 - OUTRAS INFORMAÇÕES						

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

Ativo	2011	2010
Circulante	1.344.899	1.074.413
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 6)	369.430	172.591
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	15.062	13.494
Contas a Receber de Clientes (Nota 8)	844.386	776.412
Estoques	19.239	13.905
Tributos a Recuperar (Nota 10)	58.228	34.213
Outros Créditos (Nota 14)	38.554	63.798
Não Circulante	3.152.372	3.080.454
Ativo Indenizável – Concessão (Nota 9)	1.943.940	1.751.392
Contas a Receber de Clientes (Nota 8)	121.376	215.334
Tributos Diferidos (Nota 13 a)	408.099	403.398
Tributos a Recuperar (Nota 10)	13.632	12.630
Depósitos Judiciais (Nota 19)	140.305	121.685
Outros Créditos (Nota 14)	1.430	426
Intangível (Nota 12)	523.590	575.589
Total do Ativo	4.497.271	4.154.867

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. BALANÇO PATRIMONIAL

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

Passivo	2011	2010
Circulante	1.256.551	1.116.303
Fornecedores (Nota 15)	410.377	369.181
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	235.162	106.051
Salários e Encargos Sociais	118.920	123.962
Tributos e Contribuições Sociais (Nota 17)	100.745	87.608
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio (Nota 21)	64.671	56.288
Taxas Regulamentares (Nota 18)	174.071	148.659
Previdência Privada (Nota 11)	18.113	17.417
Passivo Atuarial (Nota 20)	115.908	171.167
Outros Passivos	18.584	35.970
Não Circulante	1.756.277	1.770.503
Empréstimos e Financiamentos (Nota 16)	107.929	195.704
Tributos Diferidos (Nota 13 a)	66.002	53.179
Taxas Regulamentares (Nota 18)	147.841	112.575
Previdência Privada (Nota 11)	-	3.872
Passivo Atuarial (Nota 20)	949.795	930.335
Provisão para Contingências (Nota 19)	482.235	472.363
Outros Passivos	2.475	2.475
Patrimônio Líquido (Nota 22)	1.484.443	1.268.061
Capital Social Realizado	1.053.590	1.048.534
Reservas de Lucro	430.853	219.527
Total do Passivo	4.497.271	4.154.867

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Receita Operacional Líquida (Nota 24)	4.031.621	3.888.854
Receita de Serviço de Energia Elétrica	3.691.923	3.518.116
Receita de Construção	339.698	370.738
Custos Operacionais (Nota 25)	(3.168.381)	(3.278.009)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(2.828.683)	(2.907.271)
Custo de Construção	(339.698)	(370.738)
Lucro Operacional Bruto	863.240	610.845
Despesas Operacionais (Nota 25)	(464.220)	(418.348)
Despesas com Vendas	(165.732)	(151.912)
Despesas Gerais e Administrativas	(256.943)	(265.843)
Outras Despesas Operacionais	(41.545)	(593)
Resultado do Serviço	399.020	192.497
Resultado Financeiro (Nota 26)	3.531	42.204
Receitas Financeiras	113.138	100.071
Despesas Financeiras	(109.607)	(57.867)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	402.551	234.701
IRPJ e CSLL (Nota 13 c)		
Corrente	(107.019)	(71.940)
Diferido	(8.121)	17.618
Lucro Líquido do Exercício	287.411	180.379

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

Detalhamento	Reservas					Total
	Capital Social	Legal	Retenção de Lucros	Dividendos Disponíveis em AGO	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2009	1.047.273	33.200	72.169	13.593	-	1.166.235
Integralização	1.261	-	-	-	-	1.261
Dividendos Adicionais	-	-	-	(13.593)	-	(13.593)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	180.379	180.379
Destinação do Lucro Líquido						
Constituição de Reserva Legal	-	9.019	-	-	(9.019)	-
Juros sobre Capital Próprio – JCP	-	-	-	-	(66.221)	(66.221)
Retenção de Lucros	-	-	105.139	-	(105.139)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.048.534	42.219	177.308	-	-	1.268.061
Integralização	5.056	-	-	-	-	5.056
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	287.411	287.411
Destinação do Lucro Líquido						
Constituição de Reserva Legal	-	14.370	-	-	(14.370)	-
Juros sobre Capital Próprio – JCP	-	-	-	-	(76.085)	(76.085)
Dividendos a Distribuir	-	-	-	5.828	(5.828)	-
Retenção de Lucros	-	-	191.128	-	(191.128)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	1.053.590	56.589	368.436	5.828	-	1.484.443

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

CELESC DISTRIBUIÇÃO S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro (valores expressos em milhares de reais)

	2011	2010
Lucro do Exercício	287.411	180.379
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	107.019	71.940
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.121	(17.618)
Itens que não afetam o caixa:		
Amortização	143.032	144.961
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.446	28.187
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	9.872	(84.624)
Juros e Variações Monetárias - Líquidas	76.184	43.659
Provisão para Plano de Benefício Pós-Emprego	78.990	105.774
	739.075	472.658
Variações no Ativo Circulante e Não Circulante		
Ativo Indenizável - Concessão	(82.028)	(119.339)
Contas a Receber de Clientes	(2.462)	(38.568)
Estoques	(5.334)	95
Tributos a Recuperar	(25.017)	1.288
Depósitos Judiciais	(18.620)	34.682
Outros Créditos	24.240	(9.871)
	(109.221)	(131.713)
Variações no Passivo Circulante e Não Circulante		
Fornecedores	41.196	92.107
Salários e Encargos Sociais	(5.042)	20.535
Tributos e Contribuições Sociais	12.394	(26.964)
Taxas Regulamentares	38.930	40.411
Previdência Privada	(4.080)	(4.117)
Passivo Atuarial	(114.789)	(113.156)
Outros Passivos	(17.386)	(12.471)
	(48.777)	(3.655)
Pagamentos Efetuados		
Juros Pagos	(19.270)	(13.909)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(117.690)	(73.966)
	(136.960)	(87.875)
Total das Atividades Operacionais	444.117	249.415
Atividades de Investimentos		
Aquisição de Bens da Concessão	(248.665)	(285.121)
Juros Recebidos	136.577	129.958
Intangível	(91.033)	(85.617)
	(203.121)	(240.780)
Atividades de Financiamento		
Ingressos de Recursos	110.528	57.667
Amortizações de Empréstimos e Financiamentos	(103.453)	(78.974)
Integralização de Capital	5.056	1.261
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(56.288)	(18.986)
	(44.157)	(39.032)
Total dos Efeitos de Caixa	196.839	(30.397)
Saldo Inicial	172.591	202.988
Saldo Final	369.430	172.591
	196.839	(30.397)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010

1. Contexto Operacional

A Celesc Distribuição S.A., constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade por ações, constituída sob a forma de subsidiária integral da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

A Celesc Distribuição S.A. tem por objetivo: I – executar a política de energia formulada pelo Governo do Estado de Santa Catarina; II – realizar estudos, pesquisas e levantamentos sócio-econômicos, com vistas ao fornecimento de energia, em articulação com os órgãos governamentais ou privados próprios; III – planejar, projetar, construir e explorar sistemas de transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como serviços correlatos; IV – operar os sistemas diretamente através de subsidiárias, empresas associadas ou em cooperação; V – cobrar tarifas ou taxas correspondentes ao fornecimento de energia elétrica, e; VI – desenvolver, isoladamente ou em parceria com empresas públicas ou privadas, empreendimentos de distribuição e comercialização de energia elétrica, e infra-estrutura de serviços públicos.

A presente demonstração foi aprovada pela Diretoria Executiva em 22 de março de 2012. A Celesc Distribuição S.A. é uma entidade domiciliada no Brasil com endereço Avenida Itamarati, 160 bloco A1, B1 e B2, bairro Itacorubi, CEP - 88.034 - 900, Florianópolis, Santa Catarina.

2. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela ANEEL.

O processo de desverticalização da atividade de distribuição cumpre as disposições da Lei Federal nº 10.848, de 15 de março de 2004, foi autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, e recebeu anuência da ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº 712, de 3 de outubro de 2006.

Da Concessão

Conforme definido no contrato de concessão ANEEL nº 56, de 22 de julho 1999, na sua cláusula terceira o prazo para concessão de distribuição de energia elétrica vigorará até 7 de julho de 2015 para distribuição de energia elétrica em 92% do território catarinense e do município Rio Negro no Estado do Paraná.

3. Base de Apresentação
3.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o novo padrão contábil estabelecido pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, introduzido no Brasil pela Lei Federal nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, substanciado na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários – CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, que determina a aplicação desta nova prática contábil a partir de exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e pelas normas específicas aplicáveis as concessionárias de serviço público de energia elétrica estabelecida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

3.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Celesc Distribuição S.A. no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias.

Estimativas e Premissas Contábeis Críticas

Com base em premissas, a Celesc Distribuição S.A. faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos

resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para o próximo exercício social.

3.3. Moeda Funcional e de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

4. Resumo das Principais Práticas Contábeis

4.1. Instrumentos Financeiros

4.1.1. Classificação

A Celesc Distribuição S.A. classifica seus Ativos Financeiros sob as seguintes categorias:

- » Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado e
- » Empréstimos e Recebíveis.

A classificação depende da finalidade para a qual os Ativos Financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus Ativos Financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado

Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são Ativos Financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como Ativo Circulante.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem.

Ativos Financeiros Empréstimos e Recebíveis

Incluem-se nessa categoria os empréstimos e recebíveis que são Ativos Financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

São incluídos como Ativo Circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como Ativo Não Circulante).

Os empréstimos e recebíveis da Celesc Distribuição S.A. compreendem:

- » Recebíveis de indenização de infraestrutura originados nos contratos de concessão de serviços públicos de distribuição;
- » Contas a Receber de Clientes;
- » Demais Contas a Receber e Caixa e Equivalentes de Caixa.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.1.2. Reconhecimento e Mensuração

As compras e as vendas regulares de Ativos Financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Celesc Distribuição S.A. se compromete a comprar ou vender o Ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os Ativos Financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado.

Os Ativos Financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Celesc Distribuição S.A. tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os Ativos Financeiros disponíveis para venda e os Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de Ativos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado

em “Resultado Financeiro” no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas em ajuste de avaliação patrimonial.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no Patrimônio Líquido, são incluídos na Demonstração do Resultado como Resultado Financeiro.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um Ativo Financeiro (títulos não registrados em Bolsa de Valores) não estiver ativo, a Celesc Distribuição S.A. estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação.

Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

A Celesc Distribuição S.A. avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um Ativo Financeiro ou um grupo de Ativos Financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável *impairment*. Se houver alguma evidência para os Ativos Financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse Ativo Financeiro previamente reconhecida no resultado é retirada do patrimônio e reconhecida na Demonstração do Resultado.

4.1.3. Compensação de Instrumentos Financeiros

Ativos e Passivos Financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço Patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o Ativo e liquidar o Passivo simultaneamente.

4.1.4. Impairment de Ativos Financeiros

Ativos Mensurados ao Custo Amortizado

A Celesc Distribuição S.A. avalia no final de cada período se há evidência objetiva de que o Ativo Financeiro ou o grupo de Ativos Financeiros está deteriorado. Um Ativo ou grupo de Ativos Financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (evento de perda) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do Ativo Financeiro ou grupo de Ativos Financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Celesc Distribuição S.A. usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele Ativo Financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de Ativos Financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os Ativos Financeiros individuais na carteira, incluindo condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Celesc Distribuição S.A. avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos Ativos Financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na Demonstração do Resultado. Se o investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Celesc Distribuição S.A. pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

4.2. Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, e as aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

4.3. Títulos e Valores Mobiliários

São classificados como Ativos Financeiros, e estão demonstrados ao custo amortizado, acrescidos das remunerações contratadas reconhecidas proporcionalmente até as datas bases das Demonstrações Financeiras, equivalentes ao seu valor justo.

4.4. Contas a Receber de Clientes

As Contas a Receber de Clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo fornecimento, suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida não faturada. As contas a receber de clientes são reconhecidas ao valor faturado e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD.

A PCLD é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Celesc Distribuição S.A. não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Tal estimativa vai ao encontro do estabelecido no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

As contas a receber decorrentes de parcelamentos de créditos derivados da venda de energia estão registradas acrescidas de encargos financeiros, calculados até a data da negociação conforme determina a ANEEL. Os valores vencidos estão deduzidos por provisão de acordo com a classe de consumo.

4.5. Estoques

O Estoque refere-se a materiais destinados à manutenção das operações, classificado no Ativo Circulante e contabilizado pelo custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

4.6. Depósitos Judiciais

Refere-se a depósitos em espécie a disposição do juízo como forma de garantia nos processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios. Estes depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate de depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

4.7. Ativo Indenizável – Concessão

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um Ativo Financeiro por ser um direito incondicional de receber indenização diretamente pelo poder concedente decorrente da aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão.

4.8. Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente e Diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no Patrimônio Líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente é calculado com base nas leis tributárias vigentes. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Celesc Distribuição S.A. nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, estabelecendo provisões, quando apropriado, baseadas em valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são reconhecidos utilizando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos Ativos e Passivos e seus valores contábeis nas Demonstrações Financeiras. Entretanto, não ocorrerá sua contabilização se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afetou o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social Diferidos são calculados com base na legislação tributária vigente na data do balanço devendo ser aplicadas quando o respectivo tributo diferido ativo for realizado ou quando o tributo diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos registrados no ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O Imposto de Renda Diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Celesc Distribuição S.A., e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

O Imposto de Renda Diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o Imposto de Renda Diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

4.9. Intangíveis

Os Intangíveis são demonstrados pelo custo combinado conforme abaixo:

- » Valorizados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos elegíveis. Dependendo da natureza do ativo e do tempo de sua aquisição, o custo se refere ao custo histórico de aquisição ou do seu montante anteriormente escriturado segundo as práticas brasileiras adotadas anteriores a adoção do ICPC 01.
- » As obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica contemplam os pagamentos efetuados com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia e são registrados nas Demonstrações Financeiras como redutora dos ativos intangíveis.

4.9.1. Softwares

Licenças adquiridas de programas de computador capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada.

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Celesc Distribuição S.A. e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como Ativos Intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos empregados da equipe de desenvolvimento de *softwares* e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis.

4.9.2. Contrato de Concessão

A infraestrutura de distribuição de energia elétrica utilizada pela Celesc Distribuição S.A., sujeita a acordo de concessão de serviço é considerada para ser controlada pelas entidades concedentes quando:

- » A entidade concedente controla ou regulamenta quais serviços a concessionária deve prestar com a infraestrutura, a quem deve ser prestado o serviço e o seu preço;
- » A entidade concedente controla, por meio da titularidade, usufruto ou de outra forma qualquer, participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo de concessão;

Os direitos sobre as infraestruturas operadas sob regime de concessão são contabilizados como um ativo intangível quando a Celesc Distribuição S.A. tem o direito de cobrar pelo uso dos ativos de infraestrutura na prestação de serviços, e os consumidores têm a responsabilidade de pagar pelos serviços da Celesc Distribuição S.A..

O valor justo de construção e outros trabalhos na infraestrutura representam o custo do ativo intangível e é reconhecido como receita quando a infraestrutura é construída, desde que este trabalho gere benefícios econômico futuros.

Os Ativos Intangíveis de contratos de concessão são amortizados numa base linear durante o período do contrato ou vida útil do bem a que estiver atrelado, dos dois o menor.

4.10. Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os Ativos Intangíveis e outros Ativos não Circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A perda é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

4.11. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por fornecimento de Energia Elétrica, Encargos de Uso da Rede Elétrica, Materiais e Serviços adquiridos ou utilizados no curso normal dos negócios, sendo classificadas como Passivo Circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxas de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

4.12. Empréstimos e Financiamentos

Os Empréstimos e Financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo. Líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na Demonstração do Resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Os Empréstimos e Financiamentos são classificados como Passivo Circulante, a menos que a Celesc Distribuição S.A. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do Balanço Patrimonial.

4.13. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as transações e outros eventos são contabilizados e divulgados de acordo com sua essência e realidade econômica. Desta forma, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo, de acordo com a posição o Ofício Circular nº 01, de 22 de fevereiro de 2006, da CVM/SNC/SEP.

4.14. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP

O Estatuto Social da Celesc Distribuição S.A. no Capítulo V, artigo 32, parágrafo 1º, estabelece que, do Lucro Líquido do exercício serão destinados 25% (vinte e cinco por cento) para pagamento de dividendos obrigatórios para acionistas, podendo ser imputados a esse, o pagamento de Juros sobre Capital Próprio – JCP. O benefício fiscal dos JCP é reconhecido diretamente no resultado.

São reconhecidos como passivos no momento em que os dividendos são aprovados pelos acionistas da Celesc Distribuição S.A. Desta forma, a provisão é registrada no encerramento do exercício social, no montante do dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório. Valores acima do mínimo obrigatório, somente são provisionados quando aprovados em Assembléia Geral Ordinária pelos acionistas.

4.15. Taxas Regulamentares

a) Reserva Global de Reversão – RGR

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de energia elétrica, limitado a 3% de sua receita anual.

b) Conta Consumo de Combustível – CCC

Parcela da receita paga pelas distribuidoras nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

c) Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

d) Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

São programas de reinvestimentos exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua Receita Operacional Líquida – ROL, para aplicação nesses programas.

e) Taxa de Fiscalização do Serviço de Energia Elétrica – TFSEE

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

f) Encargo de Capacidade Emergencial – ECE

O ECE foi instituído pela Lei Federal nº 10.438, de 26 abril de 2002, com a finalidade de cobrir o custo de contratação de usinas termelétricas instaladas no país para gerar energia em caso de risco de desabastecimento.

4.16. Passivo Atuarial

4.16.1. Previdência Privada

A Celesc Distribuição S.A. está na condição de patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes, representados basicamente, pelos seus empregados.

O Passivo Atuarial relacionado ao plano Benefício Definido da Celos é o valor presente da obrigação do Benefício Definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de Benefício Definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o Método de Crédito Unitário Projetado.

A estimativa de saída futura de caixa é descontada ao seu valor presente, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado.

Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos empregados relacionados.

Para o plano de Contribuição Definida, a Celesc Distribuição S.A. paga contribuições a planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Assim que as contribuições tiverem sido feitas, a Celesc Distribuição S.A. não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições regulares compreendem os custos periódicos líquidos do período em que são devidas e, assim, são incluídas nos custos de pessoal.

4.16.2. Benefícios Pós-Emprego

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, os custos relacionados à suplementação de aposentadoria e os outros benefícios pós-emprego são reconhecidos como obrigações e registrados com base em cálculos atuariais, utilizando o Método da Unidade de Crédito Projetada para determinação do valor presente das obrigações.

A Celesc Distribuição S.A. oferece aos seus empregados, aposentados e pensionistas, benefícios de plano de saúde. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo período do vínculo empregatício, utilizando-se uma metodologia contábil semelhante à do plano de Benefício Definido.

A Celesc Distribuição S.A. oferece também outros benefícios tais como: Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI, Plano Pecúlio (para todos os empregados na ativa e para os aposentados por invalidez), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria que são pagos sempre que o vínculo empregatício do empregado é encerrado antes da data normal de aposentadoria.

4.17. Participação nos Lucros e Resultados – PLR

O reconhecimento dessa participação é provisionado mensalmente e, após o encerramento do exercício o valor é corrigido conforme a efetiva realização das metas estabelecidas entre a Celesc Distribuição S.A. e seus empregados.

4.18. Provisões para Contingências

A Celesc Distribuição S.A. é citada em diversos processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, cível e regulatória. De acordo com a Superintendência Jurídica da Celesc Distribuição S.A. e de seus consultores jurídicos externos, existe possibilidade de desfecho negativo em diversos desses processos, considerados como perdas prováveis para os quais foram constituídas provisões.

4.19. Outros Ativos e Passivos Circulantes e não Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (Ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (Passivos).

4.20. Reconhecimento de Receita

A Receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento e suprimento de energia faturada e estimativa de energia fornecida e não faturada. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Receita é reconhecida quando:

- (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e
- (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades descritas a seguir:

4.20.1. Fornecimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita faturada e não faturada correspondente ao fornecimento de energia elétrica, bem como dos ajustes e adicionais específicos.

4.20.2. Disponibilidade da Rede Elétrica

Destina-se à contabilização das receitas derivadas da disponibilização do sistema de distribuição, por meio de suas atividades.

4.20.3. Suprimento de Energia Elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica ao revendedor (cooperativas), bem como dos ajustes e adicionais específicos.

4.20.4. Receita de Construção

Destina-se a contabilização da Receita de Construção de infraestrutura proveniente do contrato de concessão, sendo esta reconhecida tomando como base a proporção do trabalho realizado. A margem de construção adotada pela Celesc Distribuição S.A. é igual a zero em virtude da Celesc Distribuição S.A. terceirizar a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

4.20.5. Receita Financeira

A Receita Financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

4.21. Custos e Despesas

Os custos e as despesas são reconhecidos pelo regime de competência.

5. Instrumentos Financeiros

A Celesc Distribuição S.A. opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para Caixa e Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes, Fornecedores e Empréstimos e Financiamentos.

Os valores de realização estimados de Ativos e Passivos Financeiros da Celesc Distribuição S.A. foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias aplicadas de avaliação.

Os instrumentos financeiros Ativos e Passivos da Celesc Distribuição S.A. foram reconhecidos ao valor justo e estão classificados conforme segue:

- » Caixa e Equivalentes de Caixa, Contas a Receber de Clientes e Fornecedores: Os valores contabilizados aproximam-se aos de realização.
- » Empréstimos, Financiamentos e Recebíveis: Encontram-se nesta categoria os créditos com consumidores, concessionárias e permissionárias. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização.

31 de dezembro de 2011	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
Ativo conforme Balanço Patrimonial	15.062	3.279.132	1.430	3.295.624
Caixa e Bancos	-	24.742	-	24.742
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	-	344.688	-	344.688
Títulos Públicos	15.062	-	-	15.062
Ativo Indenizável – Concessão	-	1.943.940	-	1.943.940
Outros	-	-	1.430	1.430
Contas a Receber	-	965.762	-	965.762
Passivo Conforme Balanço Patrimonial	-	343.091	-	343.091
Empréstimos	-	343.091	-	343.091

31 de dezembro de 2010	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível Para Venda	Total
Ativo conforme Balanço Patrimonial	13.494	2.915.729	426	2.929.649
Caixa e Bancos	-	30.208	-	30.208
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	-	142.383	-	142.383
Títulos Públicos	13.494	-	-	13.494
Ativo Indenizável – Concessão	-	1.751.392	-	1.751.392
Outros	-	-	426	426
Contas a Receber	-	991.746	-	991.746
Passivo Conforme Balanço Patrimonial	-	301.755	-	301.755
Empréstimos	-	301.755	-	301.755

5.1. Gerenciamento de Riscos de Instrumentos Financeiros

A Administração da Celesc Distribuição S.A. realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

5.2. Riscos Operacionais

a) Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Celesc Distribuição S.A. incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Celesc Distribuição S.A. monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança incluindo a interrupção do fornecimento caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos.

b) Risco Quanto a Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado, um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de Não Prorrogação da Concessão

A Celesc Distribuição S.A. possui concessão para exploração dos serviços de distribuição de energia elétrica até 07 de julho de 2015 e tem a expectativa de que esta seja prorrogada pelo poder concedente. Caso a concessão não seja prorrogada a Celesc Distribuição S.A. será indenizada pelos investimentos ainda não amortizados.

5.3. Riscos Financeiros

a) Riscos de Taxas de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Celesc Distribuição S.A. incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Celesc Distribuição S.A. não tem pactuado contratos de derivativos para fazer swap contra este risco.

b) Riscos de Taxas de Câmbio

A Celesc Distribuição S.A. não possui Contas a Receber, Empréstimos ou Financiamentos em moedas estrangeiras.

c) Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada na área operacional da Celesc Distribuição S.A. pelo Departamento Econômico Financeiro – DPEF. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Celesc Distribuição S.A. para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender as necessidades operacionais.

5.4. Gestão de Capital

Os objetivos da Celesc Distribuição S.A. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno ao acionista e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Celesc Distribuição S.A. pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital ao acionista.

Condizente com outras empresas do setor, a Celesc Distribuição S.A. monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo Empréstimos de Curto e Longo Prazos, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa). O capital total é apurado pela soma do Patrimônio Líquido, com a dívida líquida.

5.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratual futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Celesc Distribuição S.A. para instrumentos financeiros similares.

A Celesc Distribuição S.A. aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados nas Demonstrações Financeiras pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- » Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos Nível 1.
- » Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços, Nível 2.

A tabela abaixo apresenta os ativos da Celesc Distribuição S.A. mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2011. A Celesc Distribuição S.A. não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

	Nível 1	Nível 2
Ativos	15.062	344.688
Aplicação Financeira de Liquidez Imediata	-	344.688
Títulos Públicos	15.062	-

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. O preço de mercado cotado utilizado para os Ativos Financeiros mantidos pela Celesc Distribuição S.A. é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e utilizando o mínimo possível das estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

6. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2011	2010
Recursos em Banco e em Caixa	24.742	30.208
Aplicações de Liquidez Imediata (*)	344.688	142.383
	369.430	172.591

(*) Os Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Certificados de Depósito Bancários – CDB, remunerados em média à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7. Títulos e Valores Mobiliários

	2011	2010
Mantidos para Negociação		
Títulos Públicos (FIDC)	15.062	13.494
	15.062	13.494

8. Contas a Receber de Clientes

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2011	2010
Consumidores	667.023	171.926	432.148	1.271.097	1.269.924
Residencial	175.499	58.979	69.196	303.674	283.971
Industrial	300.153	82.120	244.769	627.042	659.648
Comercial	115.035	22.257	60.169	197.461	176.843
Rural	27.204	4.871	9.149	41.224	40.263
Poder Público	25.024	3.494	33.748	62.266	70.983
Iluminação Pública	14.190	148	14.173	28.511	28.548
Serviço Público	9.918	57	944	10.919	9.668
Suprimento a Outras Concessionárias	45.365	10.285	17.597	73.247	71.958
Concessionárias e Permissionárias	44.861	5.820	3.054	53.735	51.588
Outros Créditos	504	4.465	14.543	19.512	20.370
Provisão Crédito Líquido Duvidoso – PCLD				(378.582)	(350.136)
				965.762	991.746
Circulante				844.386	776.412
Não Circulante				121.376	215.334
				965.762	991.746

b) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A composição da PCLD, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Consumidores		
Residencial	69.184	57.558
Industrial	193.588	179.241
Comercial	55.529	51.582
Rural	5.154	4.725
Poder Público	33.484	35.243
Iluminação Pública	13.209	14.140
Serviço Público	925	936
Concessionárias e Permissionárias	1.454	656
Outros	6.055	6.055
Circulante	378.582	350.136

Segue a movimentação da PCLD:

	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2009	321.950
Provisão Constituída no Período	44.507
Baixas de Contas a Receber	(16.321)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	350.136
Provisão Constituída no Período	53.724
Baixas de Contas a Receber	(25.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	378.582

No ano de 2009 a Celesc Distribuição S.A. efetuou plano de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A. e Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. Em 2011, as companhias destacadas entraram em recuperação judicial.

A Buettner S.A. e a Companhia Industrial Schlösser S.A. tiveram seus planos de recuperação judicial aprovados em 2011. Com base nesses, a Superintendência Jurídica da Celesc Distribuição S.A. se posicionou acerca da probabilidade de recuperação, como segue.

No que tange a Buettner S.A., a Celesc Distribuição S.A. efetuou o provisionamento do montante total do parcelamento em aberto R\$18.231 mil. E, em relação à Companhia Industrial Schlösser S.A. o plano de recuperação judicial garante à Celesc Distribuição S.A. o recebimento do débito do parcelamento total de R\$16.888 mil.

Em virtude de não ter ocorrido à aprovação do plano judicial da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux S.A. a Superintendência Jurídica entende que por a Celesc Distribuição S.A. ser a principal credora, a probabilidade de perda é remota, desta forma não foi constituída provisão para este parcelamento. O total do parcelamento desta Companhia é de R\$42.992 mil.

9. Ativo Indenizável – Concessões

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Receíveis		
Ativo - Indenizável - Concessão	1.943.940	1.751.392
	1.943.940	1.751.392

Os contratos de concessão de distribuição da Celesc Distribuição S.A. estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01, que trata de contabilidade de concessões. Refere-se a créditos a receber do Poder Concedente (União), ou seja, a Celesc Distribuição S.A. possui o direito incondicional de ser indenizada no final da concessão pelos investimentos efetuados em infraestrutura e não recuperados por meio da tarifa conforme previsto em contrato.

10. Tributos a Recuperar

	2011	2010
ICMS	46.491	38.403
PIS/CONFINS	372	368
IRPJ e CSLL	23.196	6.760
Outros	1.801	1.312
	73.871	48.853
Circulante	58.228	34.213
Não Circulante	13.632	12.630

- » Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS
- » Programa de Integração Social – PIS
- » Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS
- » Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ
- » Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL

11. Partes Relacionadas

a) Transações e Saldos

Empresas	Ativo		Passivo		Receita	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Celesc Geração S.A.						
Outros Créditos	1.352	1.243	-	-	-	-
Celos						
Previdência Privada	-	-	18.113	21.289	-	-
Governo do Estado de SC						
Receita Operacional	-	-	-	-	45.226	43.233
Contas a Receber	7.673	7.667	-	-	-	-
Tributos a Recuperar – ICMS	46.491	38.403	-	-	-	-
Tributos e Contribuições Sociais – ICMS	-	-	47.236	45.944	-	-
Dedução da Receita – ICMS	-	-	-	-	1.264.560	1.187.338
	47.843	39.646	65.349	67.233	1.309.786	1.230.571

b) Remuneração dos Administradores

Refere-se à remuneração da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, conforme descrito a seguir:

	2011	2010
Honorários	1.491	1.561
Encargos Sociais	458	429
Participação nos Lucros ou Resultados	321	151
Outros Gastos	39	114
	2.309	2.255

12. Intangível

	Ativo de Concessão
Saldos em 31 de dezembro de 2009	634.933
Adições	92.219
Baixas	(6.602)
Amortização	(144.961)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	575.589
Adições	98.429
Baixas	(7.396)
Amortização	(143.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	523.590
Custo Total	941.444
Amortização Acumulada	(417.854)
Taxa Média Anual de Amortização	4,4%

A Celesc Distribuição S.A. não identificou indícios de perda do valor recuperável dos seus ativos intangíveis.

Ativos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos da distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas.

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do Ativo Intangível.

13. Resultado com Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos

Os saldos de Ativos e Passivos Diferidos apresentam-se como segue:

	Ativo Diferido		Passivo Diferido	
	2011	2010	2011	2010
Diferenças Temporárias				
Provisão para Contingências	116.921	95.915	-	-
Provisão para Perdas em Ativos	32.543	26.414	-	-
Benefícios Pós Emprego	191.646	206.230	-	-
Ajustes de Ativo Regulatório e Recomposição Tarifária Extraordinária	66.989	74.839	-	-
Ajustes de Passivo Regulatório e da Adoção CPCs	-	-	66.002	53.179
	408.099	403.398	66.002	53.179

b) Período Estimado de Realização

Os valores dos ativos, líquidos dos passivos fiscais diferidos, apresentam as seguintes expectativas de realização:

Ano	2011	2010
Até 1 ano	36.908	53.020
De 1 a 2 anos	62.754	55.874
De 2 a 3 anos	60.831	53.985
De 3 a 4 anos	61.339	51.093
De 4 a 6 anos	70.602	54.746
De 6 a 8 anos	59.025	58.508
De 8 a 10 anos	56.640	76.172
Total Ativo Diferido	408.099	403.398

Como a base tributável do IRPJ e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, Incentivos Fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o Lucro Líquido da Celesc Distribuição S.A. e o resultado do IRPJ e da CSLL.

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de IRPJ e da CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

Conciliação do IRPJ Corrente e Diferido	2011	2010
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	402.551	234.701
Adições e Exclusões		
Multas	515	4
Juros sobre Capital Próprio – JCP	(76.085)	(66.221)
Incentivo Fiscal	2.874	1.210
Participação dos Administradores	348	-
Outras Adições/Exclusões	3.543	(11.575)
Base de Cálculo	333.746	158.119
Base Líquida de Compensação de Prejuízo Fiscal		
Alíquota Nominal	25%	25%
Total do IRPJ no Resultado	83.437	39.530

Conciliação da CSLL Corrente e Diferido	2011	2010
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	402.551	234.701
Adições e Exclusões		
Multas	515	4
Juros sobre Capital Próprio – JCP	(76.085)	(66.221)
Benefício Fiscal	5.385	6.227
Incentivo Fiscal	2.874	1.210
Participação dos Administradores	348	-
Outras Adições/Exclusões	16.665	(11.575)
Base de Cálculo	352.253	164.346
Base Líquida de Compensação de Prejuízo Fiscal		
Alíquota Nominal	9%	9%
Total da CSLL no Resultado	31.703	14.791

	2011	2010
Total do IRPJ e da CSLL no Resultado	(115.140)	(54.322)
IRPJ e CSLL Corrente	(107.019)	(71.940)
IRPJ e CSLL Diferido	(8.121)	17.618
Total do IRPJ e da CSLL no Resultado	(115.140)	(54.322)

d) Regime Tributário de Transição – RTT

O RTT possui vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime é optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se:

(i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e

(ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica – DIPJ. A Celesc Distribuição S.A. optou pela adoção do RTT em 2008, consequentemente, para fins de apuração do IRPJ e da CSLL dos exercícios findos em 2008 e 2009.

14. Outros Créditos

	2011	2010
Tarifa Social de Baixa Renda (a)	18.164	17.047
Rendas a Receber (b)	8.626	34.095
Programa Reluz (c)	1.715	4.153
Pessoal a Disposição (d)	2.434	2.153
Serviços Prestados a Terceiros	792	1.401
Adiantamentos a Empregados	456	528
Despesas Pagas Antecipadamente (e)	2.406	1.941
Outros Créditos a Receber	5.391	2.906
Total	39.984	64.224
Circulante	38.554	63.798
Não Circulante	1.430	426

a) Tarifa Social de Baixa Renda

O Governo Federal, pela Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou às concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica a ampliação da Tarifa Social de Baixa Renda com base nos novos critérios e enquadramento das unidades consumidoras.

A partir de maio de 2002, a Celesc Distribuição S.A. promoveu o faturamento do fornecimento de energia elétrica, segundo as disposições estabelecidas nas Resoluções ANEEL nº 246, de 30 de abril de 2002 e nº 485, de 29 de agosto de 2002.

O Decreto Presidencial nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, estabeleceu, ainda, que o atendimento de consumidores integrantes da subclasse Residencial Baixa Renda será custeado por subvenção econômica conforme Lei Federal nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

A ANEEL, pelo Ofício Circular nº 155, de 24 de janeiro de 2003, divulgou os procedimentos para apuração e registro do ativo decorrente do reconhecimento da aplicação da nova tarifa social no que diz respeito à redução dos valores faturados, cujo saldo está assim representado:

31 de Dezembro de 2009	8.845
Faturamento	20.801
Amortização	(12.599)
31 de Dezembro de 2010	17.047
Faturamento	18.334
Amortização	(17.217)
31 de Dezembro de 2011	18.164

b) Rendas a Receber

São créditos da Celesc Distribuição S.A. referentes a receitas auferidas pela concessionária, provenientes do aluguel de postes.

c) Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – Reluz

O Programa Reluz tem como objetivo promover a modernização e melhoria da eficiência energética do sistema de Iluminação Pública nos municípios, pela substituição dos equipamentos atuais por tecnologias mais eficientes, visando combater o desperdício de energia elétrica.

d) Pessoal a Disposição

São créditos da Celesc Distribuição S.A. referentes à Pessoal a Disposição da Celesc Holding, Celesc Geração S.A. e outros órgãos federais, estaduais e municipais.

e) Despesas Pagas Antecipadamente

São despesas de períodos futuros referentes a vale alimentação e vale transporte.

15. Fornecedores

	2011	2010
Energia Elétrica	273.999	258.902
Encargos de Uso da Rede Elétrica	51.698	46.814
Materiais e Serviços	69.895	30.938
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	14.785	32.527
	410.377	369.181

16. Empréstimos e Financiamentos

Taxa Anual de Juros e Comissões	2011	2010
Empréstimos Bancários (a)	103.376	45.472
Eletrobrás (a)	105.626	140.510
Eletrobrás (a)	45.465	-
FIDC (b)	63.425	112.604
Finame (a)	25.199	3.169
	343.091	301.755
Circulante	235.162	106.051
Não Circulante	107.929	195.704

Os montantes têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	2011	2010
Até 6 meses	107.234	51.559
de 6 a 12 meses	127.928	54.492
de 12 a 60 meses	84.452	178.053
Acima de 60 meses	23.477	17.651
	343.091	301.755

Condições Contratuais dos Empréstimos e Financiamentos:

Contratos	Data da Assinatura	Objetivo	Juros	Vencimento	Saldo a pagar (R\$)
Eletrobrás - ECF 2947 - RGR	09.12.2011	Renegociação Emergencial Enchentes	SELIC	Mar.12	23.561
Eletrobrás - ECF 2538	26.06.2006	Reluz	5% a.a.	Oct.12	96
Banco Brasil - Giro	16.05.2011	Capital de Giro	IRP + 10,692% a.a.	Nov.12	80.647
FIDC	22.11.2007	Investimentos da Rede de Distribuição	CDI + 0,95% a.m.	Nov.12	63.425
Banco Brasil - CCB	03.12.2007	Liquidação Débitos Contratos Celos 9 e 10	106% CDI	Dec.12	22.729
Eletrobrás - ECF 2947 - RO	09.12.2011	Renegociação Emergencial Enchentes	SELIC	Dec.12	21.904
Eletrobrás - ECF 2603	23.07.2007	Reluz	5% a.a.	Oct.13	94
Eletrobrás - ECF 2721	03.12.2008	Emergencial Enchentes	5% a.a.	Dec.14	42
Eletrobrás - ECF 2721	03.12.2008	Emergencial Enchentes	5% a.a.	Dec.14	7.580
Eletrobrás - ECF 2734	30.03.2009	Transmissão e Subestações	5% a.a.	Apr.16	59.132
Eletrobrás - EFS 0007	27.07.2004	Luz para Todos	5% a.a.	Nov.16	2.175
Eletrobrás - EFS 0096	09.09.2005	Luz para Todos	5% a.a.	Nov.17	10.755
Eletrobrás - ECF 2872	30.08.2010	Melhorias do Sistema	5% a.a.	Feb.18	8.740
Eletrobrás - ECF 0219	12.02.2008	Luz para Todos	5% a.a.	Apr.20	17.012
Finame - 522	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	Jun.20	161
Finame - 523	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	Jun.20	1.829
Finame - 526	07.06.2010	Compra de Equipamentos	4,5% a.a.	Jun.20	683
Finame - 547	28.08.2010	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Sep.20	496
Finame - 548	25.08.2010	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Sep.20	1.895
Finame - 620	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	7.820
Finame - 623	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	3.112
Finame - 624	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	1.318
Finame - 625	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	14
Finame - 626	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	16
Finame - 629	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	2.889
Finame - 630	29.03.2011	Compra de Equipamentos	5,5% a.a.	Apr.21	4.966
TOTAL					343.091

Os contratos de Empréstimos e Financiamentos são garantidos pelos recebíveis da Celesc Distribuição S.A. conforme despachos de anuência emitidos pela ANEEL.

a) Empréstimos Bancários

Em 3 de dezembro de 2007, a Celesc Distribuição S.A. contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento para Liquidação de Débitos junto a Celos, com aplicação de taxa de juros de 106% do CDI.

Em 14 de abril de 2011, a Celesc Distribuição S.A. contratou junto ao Banco do Brasil Financiamento de Capital de Giro, com aplicação de taxa de juros de 10,692% a.a. mais Índice de Remuneração da Poupança – IRP.

Tal operação contempla o montante de R\$80,0 milhões para utilização sob a forma de Capital de Giro, tendo prazo total de quitação de 18 meses com carência de 12 meses para pagamento do capital e juros, divididos em seis parcelas mensais. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

b) Eletrobrás

Os Empréstimos e Financiamentos contratados destinam-se aos programas de eletrificação rural e outros, sendo que os recursos advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobrás. Em geral estes contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 meses, taxa de juros de 5% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. Estes contratos têm como garantias os recebíveis e são anuídos pela ANEEL.

c) Finame

O empréstimo contratado destinou-se a suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc Distribuição S.A., destinando-se a compra de máquinas e equipamentos. Neste caso cada aquisição de equipamento constitui um contrato e o somatório de todos pode chegar a R\$50 milhões, já anuídos. A totalidade dos recursos deveria ser aplicada nos anos de 2011 e 2012. Estes contratos possuem taxas de juros de 4,5% a.a. e 5,5% a.a. o valor contratado pode chegar a R\$50 milhões, amortizados em 96 meses a partir de agosto de 2011. Em caso de inadimplência, a garantia esta vinculada aos recebíveis do contratante e estão anuídos pela ANEEL.

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2009	32.283	124.634
Ingressos	-	57.667
Encargos Provisionados	13.887	-
Transferências	50.112	(50.112)
Amortizações de Principal	(36.634)	-
Pagamentos de Encargos	(13.909)	-
AVP Eletrobrás	1.561	9.661
Em 31 de Dezembro de 2010	47.300	141.850
Ingressos	-	110.528
Encargos Provisionados	20.882	21.869
Transferências	166.318	(166.318)
Amortizações de Principal	(43.493)	-
Pagamentos de Encargos	(19.270)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	171.737	107.929

d) Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC

Descrição	Moeda Nacional	
	Circulante	Não Circulante
Em 31 de Dezembro de 2009	52.275	100.194
Encargos	13.697	-
Transferências	46.340	(46.340)
Amortizações	(53.562)	-
Em 31 de Dezembro de 2010	58.750	53.854
Encargos	10.781	-
Transferências	53.854	(53.854)
Amortizações	(59.960)	-
Em 31 de Dezembro de 2011	63.425	-

O FIDC é uma modalidade de fundo de investimento cujos ativos são compostos de direitos creditórios. A Celesc Distribuição S.A. ofereceu como recebíveis, os direitos creditórios referentes ao consumo futuro de energia elétrica de unidades consumidoras pré-selecionadas, todas com perfil de adimplência.

Os maiores compradores das quotas oferecidas pela Celesc Distribuição S.A. foram fundos de investimento, que adquiriram 179 quotas, somando R\$179 milhões. Os outros investidores foram entidades de previdência privada, com R\$11 milhões e uma instituição financeira, com R\$10 milhões, totalizando R\$200 milhões, captados em 2007. Cada quota foi comercializada a R\$1 milhão, no sistema *bookbuilding*, coordenado pelo BB Investimentos, em conjunto com o ABC Banking Corporation.

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, o FIDC foi consolidado e a parcela do passivo referente às quotas adquiridas por terceiros são apresentadas como dívida no passivo.

17. Tributos e Contribuições Sociais

	2011	2010
ICMS	47.236	45.944
PIS/COFINS	24.925	25.628
IRPJ e CSLL	13.137	10.989
INSS Parcelamento	10.522	-
Outros	4.925	5.047
Circulante	100.745	87.608

18. Taxas Regulamentares

	2011	2010
Circulante	174.071	148.659
Programa Eficiência Energética – PEE	55.835	66.752
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	53.921	36.234
Conta de Consumo de Combustível – CCC	23.590	20.875
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	17.971	3.084
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	15.448	13.934
Encargos do consumidor a Recolher (Lei Federal nº 12.111)	1.901	5.483
Reserva Global de Reversão – RGR	4.096	1.107
Taxa de Fiscalização ANEEL	889	757
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEEE	420	433
Não Circulante	147.841	112.575
Programa Eficiência Energética – PEE	103.324	63.377
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	44.517	49.198
	321.912	261.234

19. Provisão para Contingências

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Celesc Distribuição S.A. apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos Judiciais		Provisões para Contingências	
	2011	2010	2011	2010
Contingências Tributárias	3.056	2.073	(11.369)	(11.874)
Contingências Trabalhistas	78.793	73.299	(108.705)	(104.547)
Contingências Cíveis	19.018	11.821	(322.096)	(315.908)
Contingências Regulatórias	39.438	34.492	(40.065)	(40.034)
	140.305	121.685	(482.235)	(472.363)

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	Provisões para Contingências	Depósitos Judiciais
Saldo em 31 de dezembro de 2010	472.363	121.685
Adições	40.633	44.329
Baixas	(30.761)	(25.709)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	482.235	140.305

Natureza das Contingências

A Celesc Distribuição S.A. é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e regulatórios, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Superintendência Jurídica da Celesc Distribuição S.A. e de seus consultores jurídicos externos.

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados da Celesc Distribuição S.A. e das empresas prestadoras de serviços relativas a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos e outros.

Contingências Cíveis

Decorre de ações judiciais movidas pelos consumidores (classe industrial), que reivindicam o reembolso de valores pagos resultantes da majoração da tarifa de energia elétrica, com base nas Portarias DNAEE nº 38, de 27 de fevereiro de 1986 e nº 45, de 04 de março de 1986, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado. A Celesc Distribuição S.A. constituiu provisão considerada suficiente para cobrir eventuais perdas com os processos dessa natureza.

Quanto ao efeito sobre os anos subsequentes, denominados "Efeito Cascata", não é possível no momento avaliar as possíveis decisões do Judiciário bem como estimar os possíveis efeitos. Também foram constituídas provisões de diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Celesc Distribuição S.A. é ré, relativas a questões de indenizações causadas por falha na rede de energia elétrica, desapropriação e outras.

Contingências Regulatórias

A Celesc Distribuição S.A. foi autuada pela ANEEL em alguns processos administrativos que implicaram em multas pela transgressão de alguns itens da qualidade no atendimento de consumidores e outras matérias. A Celesc Distribuição S.A. recorreu na esfera administrativa contra as penalidades impostas.

Perdas Possíveis, não Provisionadas

A Celesc Distribuição S.A. tem ações de naturezas tributárias, trabalhistas e cíveis, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação da Superintendência Jurídica, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	2011	2010
Contingências:		
Tributárias	1.385	1.385
Trabalhistas	1.149	382
Cíveis	14.635	6.535
Regulatórias	9.133	-
	26.302	8.302

20. Passivo Atuarial

	2011	2010
Obrigações Registradas		
Planos Previdenciários	608.009	601.446
Plano Misto (a)	187.824	192.571
Plano Transitório (b)	420.185	408.875
Outros Benefícios a Empregados	457.694	500.056
Plano Celos Saúde (b)	351.928	397.761
Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (c)	73.254	98.163
Plano Pecúlio (d)	32.512	4.132
	1.065.703	1.101.502
Circulante	115.908	171.167
Não Circulante	949.795	930.335
	1.065.703	1.101.502

A Celesc Distribuição S.A. é patrocinadora da Celos, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a complementação de aposentadoria para os participantes representados basicamente pelos seus empregados.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado "Plano Misto", contemplando a renda de aposentadoria programada. Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto. Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de Benefício Definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e de Contribuição Definida para as contribuições posteriores a transição. O plano anterior de Benefício Definido, denominado "Plano Transitório" continua existindo, cobrindo quase que exclusivamente participantes aposentados e seus beneficiários.

A Celesc Distribuição S.A. firmou, em 30 de novembro de 2001, o contrato para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização de Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc Distribuição S.A. oferece aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica).

c) Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI

Por meio da Deliberação nº 243, de 09 de dezembro de 2002, a Celesc Distribuição S.A. aprovou o PDVI, o qual foi homologado pelo Governo do Estado de Santa Catarina visando à redução de custos operacionais.

Esse programa foi implementado a partir de janeiro 2003 e teve a adesão de 1.089 empregados. Até 31 de dezembro de 2011 a Celesc Distribuição S.A. havia quitado o débito com 780 beneficiários (550 em 31 de dezembro de 2010).

d) Outros Benefícios

Trata-se de valores de referência de indenização por morte natural ou acidental (Plano Pecúlio), Auxílio Deficiente, Auxílio Funeral e Benefício Mínimo a Aposentadoria.

Resultados da Avaliação Atuarial

i) Evolução do Valor Presente das Obrigações

	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2009	972.431	680.721	462.006	122.673	10.451
Custo do Serviço Corrente	1.215	723	8.794	-	-
Juros sobre Obrigações Atuariais	106.083	73.073	49.752	11.707	1.152
Perdas (Ganhos) Atuariais	122.771	43.842	(379.679)	(6.320)	636
Benefícios Pagos	(55.685)	(59.906)	(39.676)	(38.505)	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	1.146.815	738.453	101.197	89.555	12.024
Custo do Serviço Corrente	1.879	949	5.577	-	27.834
Juros sobre Obrigações Atuariais	117.677	74.542	8.602	7.966	1.253
Perdas (Ganhos) Atuariais	95.745	(25.836)	51.958	(1.270)	826
Benefícios Pagos	(67.912)	(64.329)	(59.295)	(32.875)	(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.294.204	723.779	108.039	63.376	41.705

ii) Evolução do Valor Justo dos Ativos

	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2009	760.869	312.885	19.291	-	6.043
Retorno Esperado s/ os Ativos	84.118	33.405	2.156	-	659
Perdas (Ganhos) Atuariais	22.727	19.531	2.526	-	342
Contribuições do Empregador	29.857	24.519	21.515	38.505	-
Contribuições dos Empregados	3.445	3.918	21.550	-	-
Benefícios Pagos	(55.685)	(59.906)	(39.676)	(38.505)	(215)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	845.331	334.352	27.362	-	6.829
Retorno Esperado s/ os Ativos	87.698	33.528	3.049	-	707
Perdas (Ganhos) Atuariais	74.798	(12.052)	8.821	-	(232)
Contribuições do Empregador	32.493	26.504	22.709	32.875	-
Contribuições dos Empregados	4.112	4.150	23.007	-	-
Benefícios Pagos	(67.912)	(64.329)	(59.295)	(32.875)	(232)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	976.520	322.153	25.653	-	7.072

iii) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2010	192.571	408.876	397.762	98.163	4.132
Valor Presente das Obrigações	1.146.815	738.453	101.197	89.555	12.024
Valor Justo dos Ativos	(845.331)	(334.352)	(27.362)	-	(6.829)
Ganhos e Perdas Não Reconhecidos	(108.913)	4.775	323.927	8.608	(1.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	187.824	420.185	351.928	73.254	32.512
Valor Presente das Obrigações	1.294.204	723.779	108.039	63.376	41.705
Valor Justo dos Ativos	(976.520)	(322.153)	(25.653)	-	(7.072)
Ganhos e Perdas Não Reconhecidos	(129.860)	18.559	269.542	9.878	(2.121)

iv) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado

	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI	Outros Benefícios
Saldo em 31 de dezembro de 2000	19.735	36.473	38.608	11.707	493
Custos dos Serviços Correntes	1.215	723	8.794	-	-
Juros Sobre Obrigações Atuariais	106.083	73.073	49.752	11.707	1.152
Retorno Esperado Sobre os Ativos	(84.118)	(33.405)	(2.156)	-	(659)
Contribuição dos Participantes	(3.445)	(3.918)	(21.550)	-	-
Amort. De Perdas Atuariais Líquidas	-	-	3.768	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	27.746	37.813	(23.125)	7.966	546
Custos dos Serviços Correntes	1.879	949	5.577	-	-
Juros Sobre Obrigações Atuariais	117.677	74.542	8.602	7.966	1.253
Retorno Esperado Sobre os Ativos	(87.698)	(33.528)	(3.049)	-	(707)
Contribuição dos Participantes	(4.112)	(4.150)	(23.007)	-	-
Amort. De Perdas Atuariais Líquidas	-	-	(11.248)	-	-

Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

	2011	2010
Taxa de Desconto	10,25	10,51
Taxa Esperada de Retorno dos Ativos	10,25	10,51
Taxa de Crescimento Salarial	5,55	5,55
Taxa de Inflação Futura	4,5	4,5
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos	7,64	7,64
Taxa de Crescimento dos Custos Médicos Faixa Etária	7,64	7,64
Taxa ou Tábua de Rotatividade	0,80	0,80
Taxa de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00	0,00
Indexador de Reajuste de Salários	INPC	INPC
Indexador de Reajuste dos Benefícios	IPCA	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários	98	98
Fator de Determinação do Valor Real dos Benefícios	98	98

Hipóteses Biométricas

	2011	2010
	AT-1983	AT-1983
	AT-1949	AT-1949
	Ligth Média agravada em 40%	Ligth Média agravada em 40%

21. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio – JCP

O JCP aprovado na Assembléia Geral Extraordinária – AGE, de 17 de dezembro de 2010 e consignados nas Demonstrações Financeiras da Celesc Distribuição S.A., foram calculados nos termos da Lei das Sociedades por Ações, de acordo ao disposto nos artigos 196 e 197. Além disso, foram retidos Dividendos para aprovação na próxima Assembléia Geral Ordinária – AGO. Segue demonstração dos Dividendos e JCP.

	2011	2010
Lucro Líquido do Exercício	287.411	180.379
Constituição de Reservas Legal (5%)	14.370	(9.019)
Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	273.041	171.360
Juros sobre Capital Próprio – JCP Aprovado pela AGE	76.085	66.221
IRRF	(11.414)	(9.936)
JCP a Pagar	64.671	56.288
Dividendos a serem Aprovados em AGO	5.828	-
Mínimo Obrigatório (25%)	68.260	42.840
Parcela Excedente ao Mínimo Obrigatório	13.653	23.381
Porcentagem sobre a Base de Cálculo dos Dividendos e JCP	30,00%	38,60%

22. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado da Celesc Distribuição S.A. é de R\$1.053.590 mil em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.048.534 mil em 31 de dezembro de 2010) representado por 630 milhões ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo que a totalidade das ações pertence a Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc.

b) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Celesc Distribuição S.A., para ser deliberado na Assembléia Geral dos Acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

c) Composição do Lucro Básico e Diluído

	2011	2010
Média Ponderada de Ações (em milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas	630.000	630.000
Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas (em R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas	0,46	0,29
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas		
Ações Ordinárias Nominativas	<u>287.411</u>	<u>180.379</u>

23. Seguros

As coberturas de seguros, em 31 de dezembro de 2011, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Ramo	Ativo Coberto	Data da Vigência	Limite Máximo de Indenização	Prêmio
Riscos Nomeados	Subestações	04.01.2011 à 04.01.2012	8.000	2.420
Riscos Nomeados	Prédio Sede	09.08.2010 à 31.12.2011	52.360	8
Transporte Nacional	Transporte de Mercadorias	25.01.2011 à 31.12.2011	3.500	5
Seguro Garantia	Bens e Direitos da Concessionária	08/11/2011 a 31/12/2012	400.000	23

As premissas de risco adotadas, em razão de sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

24. Receita Operacional

	2011	2010
Receita Operacional Bruta – ROB	6.373.810	6.048.957
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	5.405.716	5.156.394
Suprimento de Energia Elétrica (a)	117.604	109.451
Disponibilização da Rede Elétrica	320.947	226.759
Outras Receitas Operacionais	51.700	55.657
Receita Financeira sobre o Ativo Indenizatório	138.145	129.958
Receita de Construção	339.698	370.738
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.342.189)	(2.160.103)
ICMS	(1.264.560)	(1.187.338)
PIS	(99.077)	(95.814)
COFINS	(456.354)	(441.324)
Reserva Global de Reversão – RGR	(28.231)	(23.295)
Conta de Desenvolvemento Energético – CDE	(185.372)	(167.211)
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	(261.355)	(198.569)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(18.010)	(17.890)
Programa de Eficiência Energética – PEE	(18.010)	(17.890)
Outros Encargos	(11.220)	(10.772)
Receita Operacional Líquida – ROL	4.031.621	3.888.854

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MW (i)		Receita Bruta	
	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2011	31.12.2010
Residencial	1.870.084	1.828.451	4.407.118	4.307.519	1.812.183	1.677.855
Industrial	85.907	80.645	4.853.384	5.580.981	1.775.474	1.850.718
Comercial	213.588	187.398	2.983.779	2.781.629	1.214.603	1.060.723
Rural	229.109	228.077	1.104.602	1.184.604	261.172	254.967
Poder Público	18.790	18.251	357.713	358.682	146.276	135.971
Iluminação Pública	445	417	501.981	471.675	109.996	98.802
Serviço Público	2.302	2.109	274.839	264.024	86.012	77.358
Total do Fornecimento	2.420.225	2.345.348	14.483.416	14.949.114	5.405.716	5.156.394
Suprimento de Energia	49	50	1.307.749	1.237.733	117.604	109.451

(i) Informações não auditadas.

25. Custos e Despesas Operacionais

Os Custos e Despesas Operacionais são compostos pelas seguintes naturezas de gasto:

Descrição	31 de dezembro de 2011						
	Com Energia Elétrica	De Operação	Do Serviço prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal (b)	-	293.671	-	42.193	106.723	12.657	455.244
Administradores	-	-	-	-	2.309	-	2.309
Passivo Atuarial	-	-	-	-	78.990	-	78.990
Entidade de Previdência Privada	-	17.416	-	2.413	5.867	-	25.696
Material	-	23.111	-	3	6.482	-	29.596
Serviços de Terceiros	-	46.792	11.300	56.816	60.476	618	176.002
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.837.490	-	-	-	-	-	1.837.490
Encargo de Uso da Rede Elétrica (a)	405.122	-	-	-	-	-	405.122
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	9.742	9.742
Depreciação e Amortização	-	116.615	-	-	26.417	-	143.032
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfra (a)	78.080	-	-	-	-	-	78.080
Provisões	-	-	-	53.724	-	40.633	94.357
Reversão de Provisões	-	-	-	(25.278)	-	(30.761)	(56.039)
Custo de Construção	-	339.698	-	-	-	-	339.698
Outras Despesas Operacionais	-	(914)	-	35.861	(30.321)	8.656	13.282
	<u>2.320.692</u>	<u>836.389</u>	<u>11.300</u>	<u>165.732</u>	<u>256.943</u>	<u>41.545</u>	<u>3.632.601</u>

Custos e Despesas:

31 de dezembro de 2010

Descrição	Com Energia Elétrica	De Operação	Do Serviço prestado a Terceiros	Com Vendas	Gerais e Administrativas	Outras Despesas	Total
Pessoal	-	273.453	-	40.467	104.960	54.777	473.657
Administradores	-	-	-	-	2.255	-	2.255
Passivo Atuarial	-	-	-	-	105.775	-	105.775
Entidade de Previdência Privada	-	14.931	-	2.120	5.177	-	22.228
Material	-	23.057	1	567	2.984	-	26.609
Serviços de Terceiros	-	36.203	20.895	67.018	36.324	-	160.440
Energia Elétrica Comp. Revenda	1.961.800	-	-	-	-	-	1.961.800
Encargo de Uso da Rede Elétrica	376.105	-	-	-	-	-	376.105
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	-	-	-	-	7.930	7.930
Depreciação e Amortização	-	125.826	-	-	19.135	-	144.961
Progr. Incent. Fontes Altern. – Proinfra	79.002	-	-	-	-	-	79.002
Provisões	-	-	-	44.214	-	61.484	105.698
Reversão de Provisões	-	-	-	(16.321)	-	(146.107)	(162.428)
Despesa de Construção	-	370.738	-	-	-	-	370.738
Outras Despesas Operacionais	-	(4.002)	-	13.847	(10.767)	22.509	21.587
	2.416.907	840.206	20.896	151.912	265.843	593	3.696.357

a) Custo Energia Elétrica Comprada para Revenda

Energia elétrica comprada para revenda	2011	GWh (i)	2010	GWh (i)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobrás	404.114	4.500	422.747	4.541
Tractebel Energia S.A.	401.006	2.954	383.393	2.984
Furnas Centrais Elétricas S.A.	171.672	1.579	181.661	1.611
Termoelétricas Petrobrás S.A.	119.958	1.317	156.839	1.317
Cemig Geração e Transmissão S.A.	148.541	1.020	144.125	1.039
Copel Geração e Transmissão S.A.	130.670	1.082	125.353	1.102
Companhia Energética de São Paulo – CESP	126.151	1.019	120.977	1.302
Cia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	90.377	810	86.414	825
Cia de Ger. Term. de E.E. – ELETROBRÁS CGTEE	58.082	232	48.894	415
Lages Bioenergética Ltda	39.190	193	36.660	193
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. – CELPE	21.310	277	23.702	277
Energética Camacari Muricy S.A. – ECM	18.922	241	20.220	241
Enguia Gen BA, CE e PI Ltda - ENGUIA	5.363	153	16.361	138
Companhia Energética de Petrolina – CEP	15.350	200	14.564	200
Arembepe Energia S.A.	18.920	241	14.145	241
Açucareira Zilio Lorenzetti S.A.	11.151	67	13.323	67
Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. – CDSA	11.699	118	12.311	120
Outros	168.418	1.891	175.872	1.469
	1.960.894	17.893	1.997.561	18.082
Encargo de Uso da Rede Elétrica	449.913	-	376.105	-
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	68.207	(278)	149.498	(147)
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas – PROINFA	85.701	429	79.002	437

(i) Informações não auditadas.

b) Pessoal

	2011	2010
Pessoal	455.244	473.657
Remunerações	232.990	210.052
Encargos Sociais	102.760	99.838
Participação nos Lucros e Resultados	16.860	12.410
Benefícios Assistenciais	26.305	33.339
Provisões e Indenizações	76.329	118.018

26. Resultado Financeiro

	2011	2010
Receitas Financeiras	113.138	100.071
Renda de Aplicações Financeiras	23.500	14.591
Variações Monetárias	17.830	15.471
Incentivo Financeiro Fundo Social	15.600	9.907
Juros e Acréscimos Moratórios s/ Energia Vendida	47.744	46.035
Deságios Fornecedores	297	353
Desvalorização Cambial Energia Elétrica	4.872	6.197
Receita FIDC	1.450	841
Outras Receitas Financeiras	1.845	6.676
Despesas Financeiras	(109.607)	(57.867)
Encargos de Dívidas	(31.439)	(27.127)
Var. Monet. e Acrésc. Moratórios s/ Energia Comprada	(10.436)	(5.091)
Atualização P&D e Eficiência Energética	(21.748)	(14.844)
Variações Monetárias	(5.218)	(2.282)
Atualização Encargo Capacidade Emergencial	(11.187)	-
Renegociação Contrato Eletrobrás	(21.314)	-
Outras Despesas Financeiras	(8.265)	(8.523)
	3.531	42.204

27. Eventos Subsequentes

A partir de 1 de janeiro de 2012 serão aplicadas novas taxas de amortização, para ativos em serviços outorgados no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos, estabelecidas pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 474, de 07 de fevereiro de 2012. Os impactos no Ativo Financeiro e no Intangível estão sendo avaliados pela Celesc Distribuição S.A.

Declaração dos Diretores da Celesc Distribuição S.A.

Os Diretores declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas na Demonstração Financeiras da Empresa, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Antonio Marcos Gavazzoni

Diretor Presidente

Clairton Belém da SilvaDiretor de Planejamento e
Controle Interno**André Luiz de Rezende**Diretor de Relações com Investidores,
Controle de Participações e
Novos Negócios**José Carlos Oneda**

Diretor Economico-financeiro

André Luiz Bazzo

Diretor de Gestão Corporativa

Cleverson Siewert

Diretor de Distribuição de Energia

Dilson Oliveira Luiz

Diretor Comercial

Antônio José Linhares

Diretor de Regulação e Gestão de Energia

José Braulino Stähelin

Contador – CRC/SC 018.996/O-8

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Diretores e Acionistas
Celesc Distribuição S.A.
Florianópolis - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Celesc Distribuição S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Celesc Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados (incorporada em 2 de dezembro pela KPMG Auditores Independentes). A BDO Auditores Independentes auditou as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatório datado em 24 de março de 2011 que não conteve modificação.

Florianópolis, 22 de março de 2012.

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Celesc Distribuição S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõem o artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2011.

Com base nos trabalhos, entrevistas e acompanhamentos realizados ao longo do exercício, e considerando, ainda, o relatório dos auditores KPMG Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2012, opina por unanimidade que tais documentos estão em condições de serem submetidos à apreciação dos Senhores Acionistas.

Florianópolis (SC), 28 de março de 2012.

Paulo da Paixão Borges de Andrade

Luiz Hilton Temp

Oswaldo Tadeu Beltrami

Julio Sergio de Souza Cardozo

Telma Suzana Mezia